

# **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Modalidade do Curso Presencial  
(APROVADO PELO COEPE/UEMG EM 09/06/2017)

**UNIDADE ITUIUTABA**

**2017**

## **Estrutura administrativa da UEMG**

### **REITOR**

Dijon Moraes Júnior

### **VICE-REITOR**

José Eustáquio de Brito

### **PRÓ-REITORA DE ENSINO**

Cristiane Silva França

### **PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO**

Terezinha Abreu Gontijo

### **PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO**

Giselle Hissa Safar

### **PRÓ-REITOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

Adailton Vieira Pereira

### **COORDENADORA DE GRADUAÇÃO**

Cristiane Carla Costa

### **DIRETOR (A) DA UNIDADE ACADÊMICA DE ITUIUTABA**

Saulo de Moraes Garcia Junior

### **VICE-DIRETOR (A) DA UNIDADE ACADÊMICA DE ITUIUTABA**

Neide Wood Almeida

**COORDENADOR (A) DO CURSO**

Vera Cruz de Oliveira Moraes

**VICE-COORDENADOR (A) DO CURSO**

Lilia Maria Mendes Bernardi

**COMPONENTES DO NDE**

Andréia Demétrio Jorge Moraes

Cláudia Macedo Coutinho Freitas

Denise Andrade de Freitas Martins

Lilia Maria Mendes Bernardi

Lucimar Silva de Andrade (suplente)

Vera Cruz de Oliveira Moraes

## **Dados de identificação da Universidade**

**Instituição de Ensino Superior:** Universidade do Estado de Minas Gerais

**Natureza jurídica:** Autarquia Estadual

**Representante legal – Reitor:** Dijon Moraes Júnior

**Endereço da sede e Reitoria:** Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Ed. Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.630-900 - Tel: +55 (31) 3916-0471

**CNPJ:** 65.172.579/0001-15

**Ato de criação:** Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989

**Ato regulatório de credenciamento:** Lei Estadual nº 11.539, de 23 de julho de 1994

**Ato regulatório de renovação de credenciamento:** Decreto 281 de 10 de agosto de 2015

**Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos à distância:** Portaria nº 1.369, de 7 de dezembro de 2010

## **Dados de identificação do curso**

**Instituição de Ensino Superior:** Universidade do Estado de Minas Gerais

**Unidade Acadêmica:** Ituiutaba

**Esfera administrativa:** Estadual

**Curso:** Pedagogia

**Modalidade do curso:** Licenciatura

**Modalidade de Ensino:** Presencial

**Turnos de funcionamento:** Noturno

**Tempo de integralização do curso:**

- **Mínimo:** 8 (oito) semestres

- **Máximo:** 10 (dez) semestres

**Número de vagas autorizadas:** 40 (quarenta)

**Carga horária total do curso:** 3.225 horas (três mil, duzentos e vinte e cinco)

**Formas de ingresso:** Vestibular, Sistema de seleção unificado - SISU, transferência e obtenção de novo título.

**Dias letivos semanais:** 6 (seis)

**Início de funcionamento:** 20/05/1970

**Ato legal de autorização do curso:** Decreto n°. 66.602 de 20/05/1970

**Ato legal de renovação de reconhecimento:** Resolução SECTES no. 009 de 08/01/2016, publicada em 15/01/2016.

**Município de implantação:** Ituiutaba

**Endereço de funcionamento do curso:** Rua Geraldo Moises da Silva, s/n °, Setor Universitário, Ituiutaba, Minas Gerais.

## Sumário

1. APRESENTAÇÃO .....	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	9
2.1 Histórico da UEMG .....	9
2.2 Histórico da Unidade Acadêmica .....	11
2.2.1 Natureza jurídica e atos legais de funcionamento .....	12
2.3 Realidade regional .....	14
2.4 Legislação .....	14
2.5 Justificativa do curso .....	16
2.6 Articulação do curso com o Plano de desenvolvimento institucional da UEMG.....	16
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA .....	17
3.1 Concepção do curso .....	17
3.1.1 Missão do curso.....	19
3.1.2 Mérito da Qualidade Acadêmica.....	20
3.1.3 Visão do curso .....	20
3.1.4 Área de atuação .....	20
3.2 Objetivos do curso .....	21
3.2.1 Objetivos gerais:.....	21
3.2.2 Objetivos específicos.....	21
3.3 Perfil do egresso .....	22
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	25
4.1 Estrutura Curricular .....	25
4.2 Núcleos de estudos .....	25
4.2.1 Primeiro núcleo de estudos de formação geral.....	25
4.2.2 Segundo núcleo de aprofundamento e diversificação .....	26
4.2.3 Terceiro núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular .....	27

4.3 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.....	28
4.4 Flexibilização curricular .....	29
4.5 Disciplinas curriculares .....	29
4.6 Organização da oferta de Educação a Distância – EAD.....	29
4.7 Atividades Complementares .....	30
4.8 Estágio Curricular Supervisionado .....	31
4.9 Prática de Formação Docente .....	34
4.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) .....	35
4.12 Ementário.....	47
5. METODOLOGIA DE ENSINO.....	72
6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DISCENTE.....	73
7. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE.....	74
8. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....	75
9. COLEGIADO DE CURSO .....	76
10. INFRAESTRUTURA.....	77
10.3 Biblioteca.....	78
10.4 Laboratórios.....	82
10.4.1 Laboratório de Informática.....	82
10.4.2 Laboratório de Prática Pedagógica.....	82
10.4.3 Brinquedoteca.....	82
10.4.4 Sala de Música e Movimento .....	82
Anexos .....	85

## **1. APRESENTAÇÃO**

O presente projeto tem como proposta apresentar a estrutura didático-pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Ituiutaba. Ele é o resultado de uma construção coletiva, centrada no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiada no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem e cujas prioridades se completam no ensino, na pesquisa e na extensão. Destaque para as práticas que se configuram em processos de vivências necessárias ao exercício do futuro pedagogo nas Escolas de Educação Básica cuja prioridade maior se configura na atual exigência legal da Prática de Formação. Esta vai se configurar no Laboratório de Prática de Formação, junto a outros setores importantes do curso como Sala de Música e Brinquedoteca.

Afim de formar o novo pedagogo, enquanto profissional da educação, esse Projeto Político Pedagógico está apoiado nas seguintes legislações: LDB 9.394/96; Parecer do CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005, que fixa as Diretrizes Curriculares para o Curso de pedagogia; Resolução do CNE/CES nº 01, de 16 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia –Licenciatura – e a Resolução CNE/CP nº 2, de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em Nível Superior para os Cursos de Licenciatura, que estabelecem novas perspectivas para a formação do profissional de Pedagogia.

A identidade do curso configura-se por meio da exposição de sua história, objetivos, perfil profissional, organização pedagógica e curricular, dentre outros, que serão expostos ao longo desta proposta.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

Este capítulo apresenta um panorama histórico da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, no que se refere à sua realidade econômica, social e educacional. Em seguida, evidencia-se um breve relato sobre a Unidade de Ituiutaba e, posteriormente, apresenta-se a justificativa referente à criação do curso de Pedagogia.

### **2.1 Histórico da UEMG**

Uma análise dos 25 anos de sua criação permite afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG representa, hoje, uma alternativa concreta e rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, por meio da realização do tripé ensino, pesquisa e extensão, e na formatação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também como força política e social para o desenvolvimento regional. A Universidade apresenta uma configuração, ao mesmo tempo, global e regional. Ela diferencia-se das demais por seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere, em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas. Compromisso este apresentado em um breve histórico da formação de suas Unidades acadêmicas.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT” da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, que a definiu como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Belo Horizonte, com autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, incluída a gestão financeira e patrimonial. Está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES, a qual compete formular e implementar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei nº 11.539/1994, que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho – FUMA, hoje,

transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, que foi transformado em Faculdade de Educação. Compõe, ainda, o Campus de Belo Horizonte, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves – FaPP, criada pela Resolução CONUN/UEMG N° 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação do compromisso da UEMG relativo ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

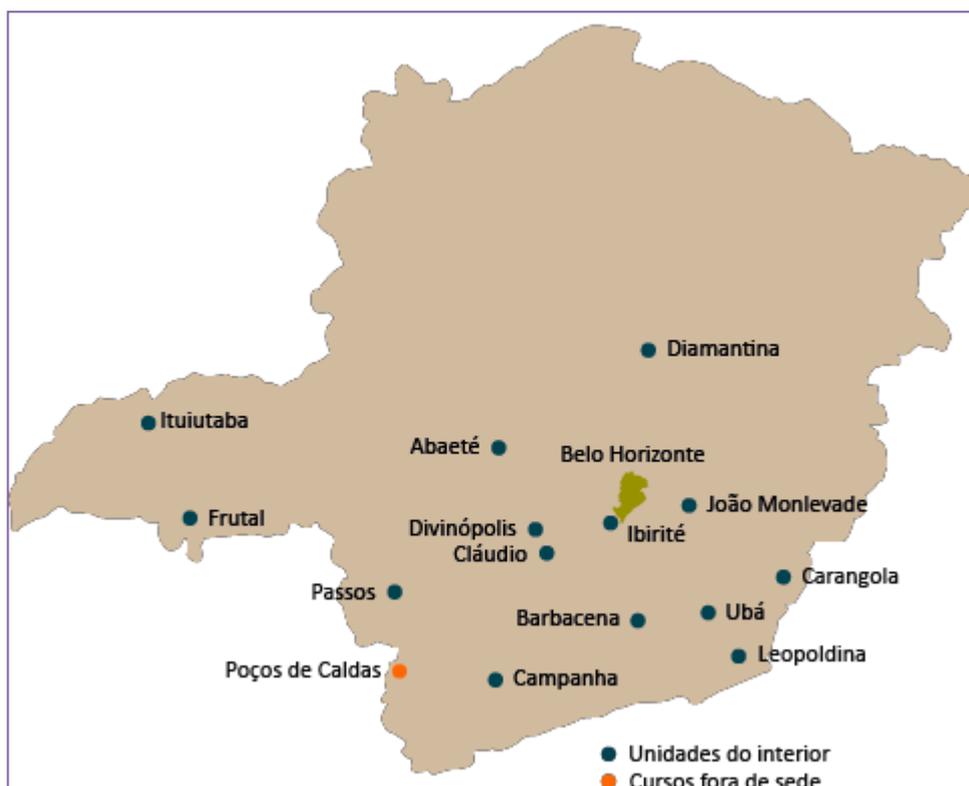
No interior de Minas Gerais, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Leopoldina e Ubá com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, que reflitam os problemas, as potencialidades e as peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Em 2010, a Universidade realizou seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, através da Portaria n° 1.369 de 7 de dezembro de 2010, para oferta de cursos de Educação a Distância. Consolidado com sua inserção na Universidade Aberta do Brasil – UAB, ofertando Cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Especialização na modalidade à distância.

Mais recentemente, por meio da Lei n° 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2° do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Educacional de Carangola, na cidade de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos, na cidade de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba, no município de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, em Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis, na cidade de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, no município de Ibirité.

Finalizado o processo de estadualização, a UEMG assumiu posição de destaque no cenário educacional do Estado, com presença em 14 Territórios de Desenvolvimento, sendo 17 municípios com cursos presenciais e 7 polos de Educação a Distância, comprometida com sua missão de promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado.

### **Figura 1: A UEMG em Minas Gerais**



Fonte: UEMG 2016

## 2.2 Histórico da Unidade Acadêmica de Ituiutaba

A Fundação Educacional de Ituiutaba, mantenedora do Instituto Superior de Educação e Pesquisa de Ituiutaba, foi instituída em 1963 com a finalidade de implantar, sem fins lucrativos, escolas de ensino fundamental, médio e superior – artigo 2.º do Estatuto da Fundação Educacional de Ituiutaba – FEIT –, para promover a formação profissional, a pesquisa e a cultura em todos os ramos do saber técnico e científico, nos termos da legislação específica. Desta forma, implantou em 1970 o ensino superior em Ituiutaba, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba.

Atualmente, sua unidade acadêmica, estruturada sob a forma de Instituto de Educação e de Pesquisa, atende a alunos de Ituiutaba, do Pontal do Triângulo Mineiro, do Sudoeste Goiano e de diferentes regiões do país, em seus cursos de graduação – bacharelado, licenciatura, tecnologia e de pós-graduação lato sensu.

O Instituto Superior de Educação e Pesquisa de Ituiutaba – ISEPI – é uma instituição que, consciente de sua função social, busca expandir-se para atender às demandas crescentes do mundo moderno.

Assim, iniciativas têm sido realizadas para atingir, dentre outras, as metas de implantação de novos cursos na graduação, pós-graduação e extensão, em algumas áreas do conhecimento; melhoria

da infraestrutura para a prática desportiva e dos laboratórios; instalação de novos laboratórios; ampliação do acervo bibliográfico; realização de concursos públicos para prefeituras; implementação de parcerias e convênios com órgãos de fomento à pesquisa, empresas e instituições educacionais para a realização de pesquisas, estágios – curriculares e extracurriculares – e eventos de interesse comum.

A FEIT, como entidade mantenedora, consolidou o reconhecimento de uma instituição educativa que conserva, amplia e aprimora o patrimônio cultural e regional. Dessa forma, apresenta-se como motivo de orgulho para a sociedade tijuicana e região, por espelhar uma imagem de referência de universidade, no Pontal do Triângulo Mineiro.

Este reconhecimento estende-se à sua unidade acadêmica – Instituto Superior de Educação e Pesquisa de Ituiutaba – que, consonante com o avanço universitário, encontra-se estruturada em modelo recomendado pelos modernos sistemas de educação superior.

Esta unidade de educação superior contribuiu, pioneiramente, para transformar Ituiutaba em um polo universitário de abrangente convergência, que alcança as mais distantes regiões do País, alargando os horizontes do prestígio cultural e educacional da cidade; pela habilitação e qualificação de profissionais, em diversas áreas do conhecimento que contribuem, expressivamente com o desenvolvimento da cidade, do estado e do país, nos setores produtivo, social, científico e cultural.

### **2.2.1 Natureza jurídica e atos legais de funcionamento**

A Fundação Educacional de Ituiutaba – entidade com personalidade jurídica própria e de direito privado – sem fins lucrativos, foi criada pela Lei Estadual nº 2.914, em 1963, modificada pela Lei nº 6.143, de 1.º de outubro de 1973, e instituída pelo Decreto Estadual nº 15.790, de 18 de outubro de 1973. Registrada no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ituiutaba, sob o nº 265, no livro A-2, folha 58, em 30 de outubro de 1973, CGC. nº 21.332.812/0001-04.

Em 15 de março de 1990, a Fundação optou pela vinculação de suas Unidades de Ensino à Universidade do Estado de Minas Gerais. Pelo Decreto Estadual nº 37.751, de 6 de fevereiro de 1996, quando foi instituída uma Comissão Especial, para administração da Fundação, que, até então, era administrada por um Conselho Curador, nomeado pelo Governo do Estado.

O Decreto Estadual nº 40.359, de 28 de abril de 1999, credenciou a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, em sua sede – Belo Horizonte, MG –, e nos diversos campi regionais, incluindo-se o Campus da Fundação Educacional de Ituiutaba.

Em 16 de março de 2001, o Governo do Estado, nomeou nos termos do artigo 23 e parágrafo único do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto Estadual nº 36.258, de 17 de outubro de 1994, um Conselho Curador com mandato de quatro anos, retroativo a 1.º de janeiro de 2000. A partir desta data, a Fundação voltou a ser administrada por um Conselho Curador, periodicamente, nomeado ou renomeado pelo Governador do Estado.

Pela Emenda Constitucional nº 72, de 24 de novembro de 2005, as fundações educacionais de ensino superior, que fizeram a opção nos termos do inciso I do § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passaram à condição de associadas à UEMG, com vistas ao estabelecimento de cooperação mútua, mantida sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal – ADIN 2501/ DF, de 4 de setembro de 2008, as instituições e cursos privados, que se achavam sob o poder regulatório do sistema estadual de ensino de Minas Gerais, pelo Conselho Estadual de Minas Gerais, foram submetidos ao regramento federal, o que as levou a proceder ao regime de migração, no período de 9 de fevereiro a 30 de abril de 2009. Dessa forma, a Fundação Educacional de Ituiutaba e suas unidades acadêmicas – Instituto Superior de Educação de Ituiutaba e Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba – voltaram a vincular-se ao sistema federal de ensino.

Em 2 de outubro de 2012, foi protocolado no Sistema e-MEC o aditamento de fusão das instituições mantidas pela FEIT, Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba - ISEPI e Instituto Superior de Educação de Ituiutaba - ISEDI, em um único instituto com a denominação, Instituto Superior de Educação e Pesquisa de Ituiutaba – ISEPI.

A Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, do Governo do Estado de Minas Gerais, dispõe sobre a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG –, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, que em seu artigo 1º estabelece: “As fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – devem cumprir o procedimento previsto nesta Lei para serem absorvidas pela Universidade, nos termos do inciso I do § 2º do art. 129 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.”

No dia 3 de abril de 2014 o Governador do Estado de Minas Gerais assina o Decreto Nº 46.478 que estadualiza a Fundação Educacional de Ituiutaba. No dia 2 de junho de 2014, foi assinado, pelo Governo de Minas, o Ato de Incorporação da Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT) à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Com a estadualização, ela passa a integrar a

terceira maior universidade do Estado, podendo garantir o acesso à educação universitária gratuita e de qualidade.

### **2.3 Realidade regional**

O Instituto Superior de Educação e Pesquisa de Ituiutaba é instituição mantida pela Fundação Educacional de Ituiutaba-FEIT, localiza-se na cidade de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo Mineiro e sua atuação abrange uma extensa área geográfico-educacional, de dez municípios vizinhos e o sudoeste goiano, com população de aproximadamente 360.990 habitantes, que direta ou indiretamente beneficiam-se de suas ações. Principal cidade do pontal, Ituiutaba vem se afirmando como polo universitário e de desenvolvimento regional. O ISEPI busca cumprir seu compromisso com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento mediante projetos de extensão e de prestação de serviços, e, principalmente, para a formação de profissionais, habilitados e qualificados para o mercado de trabalho.

### **2.4 Legislação**

O curso de Licenciatura Plena em Pedagogia inaugurou-se em 1970, marcado pela reforma universitária, por meio da Lei n.º 5.540/68, iniciou suas atividades acadêmicas, quando da implantação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituiutaba, conforme Decreto n.º 66.602 de 20 de maio de 1970, período em que foram criados, também, os cursos de Ciências Biológicas, História, Letras e Matemática, reconhecidos pelo Decreto n.º 75.944 de 22 de julho de 1975, contribuindo para a formação de uma quantidade significativa de profissionais da educação do município de Ituiutaba e das demais cidades da região.

Nesse período, o curso de Pedagogia oferecia as habilitações em Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar e Administração Escolar. Nas primeiras décadas, as disciplinas do curso fundamentaram-se nas Ciências da Educação, responsáveis pela formação sólida das alunas, possibilitando-lhes alcançar êxito na área educacional, exercendo cargos relevantes na cidade de Ituiutaba e em outros municípios do Pontal do Triângulo Mineiro e Sudoeste Goiano.

No ano de 1985, atendendo à solicitação de professores da rede pública e privada de Ituiutaba e municípios vizinhos, a Instituição implantou as habilitações em Inspeção Escolar para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Orientação Educacional, licenciaturas plenas, ambas autorizadas pelo

Decreto nº 91.662 de 19 de setembro de 1985 e reconhecidas pela Portaria nº 520/ MEC de 13 de outubro de 1987.

O curso teve renovação de reconhecimento pelo Decreto nº 40.896, de 2 de fevereiro de 2000, para habilitação em Supervisão Escolar e Decreto nº 41.121, de 15 de junho de 2000, para habilitação de Magistério das Matérias Pedagógicas no Ensino Médio.

A partir de 1999, foram feitas alterações na estrutura curricular e o curso passou a oferecer duas habilitações obrigatórias em quatro anos de duração: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e Supervisão Escolar, conforme Parecer CNE nº 297/2000 de 3 de abril de 2000.

O curso de Pedagogia da FEIT/UEMG ao longo de sua trajetória participou das avaliações externas, por meio do Exame Nacional de Cursos (ENC) criado pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que estabeleceu o Exame Nacional de Cursos – ENC, e, posteriormente, pelo ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES. No primeiro exame realizado, em 2003, o curso de Pedagogia recebeu conceito A.

Nessa perspectiva, o colegiado tem tentado aprimorar o curso a cada ano de funcionamento, executando as atividades que se encontram expressas neste documento, visto ser o guia norteador de suas ações, que estão articuladas com os demais instrumentos da Instituição, ou seja, o Projeto Pedagógico da Instituição (PPI), o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), bem como o plano curricular destacado neste documento.

Desde a implantação da avaliação Institucional pelo MEC / SINAES / CONAES/ INEP, é realizada, na instituição e no curso, a avaliação anual que serve de análise e tomada de decisões quanto ao aprimoramento do trabalho dos docentes e discentes.

A Resolução MEC/CNE nº 1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação, aprovou novas diretrizes para o curso de Pedagogia e determinou o prazo máximo de um ano para que as instituições elaborassem seus novos projetos. Por isso, o colegiado do Curso de Pedagogia do ISEDI de Ituiutaba elaborou um projeto pautado nessas diretrizes e nos anseios do corpo docente e discente, por meio da inserção de disciplinas que tratassem, além da docência, da gestão de espaços escolares e não escolares, bem como das exigências de uma sociedade globalizada, que não pode se eximir de atender à diversidade.

Desde sua implantação, o curso era avaliado e orientado pelo Conselho Estadual de Educação, uma vez que a partir de 1991 a IES fez opção por pertencer à Universidade do Estado de Minas Gerais. Com a implantação do sistema de avaliação externa pelo MEC, e da publicação da ADIN 2501 do SFT de 2008, que considerou inconstitucional a estadualização da Universidade do Estado

de Minas Gerais, determinando que todas as instituições de Ensino Superior ficassem a cargo do Sistema Federal de Ensino, o que provocou a migração dos cursos da FEIT do sistema estadual para o federal. Cabe ressaltar que o curso já teve uma avaliação realizada em agosto de 2010 pelos avaliadores do MEC que atribuíram conceito 3 (três) ao curso.

## **2.5 Justificativa do curso**

A criação do curso justificou-se pela necessidade de pessoas habilitadas em Pedagogia exercerem as funções nas escolas particulares e públicas estaduais e municipais da cidade e região. As instituições educacionais da época sentiam a necessidade da existência do curso pelo fato de que não havia, nas proximidades, ensino superior. Nos dias atuais ainda faz-se necessário a oferta do curso uma vez que a demanda continua e o mercado continua absorvendo os egressos concluintes.

## **2.6 Articulação do curso com o Plano de desenvolvimento institucional da UEMG**

O curso de Pedagogia da unidade de Ituiutaba encontra-se articulado com o PDI da UEMG em sua visão, missão e outros aspectos, tais como: ensino, pesquisa e extensão, tendo, as duas últimas, um considerável aumento pós estadualização. Como o curso de Pedagogia tem funcionamento desde 1970, ano de início do funcionamento desta instituição, ele encontra-se bem estruturado. No atual momento, tem procurado por meio de seu NDE e Colegiado de curso adequar-se a todas solicitações oriundas da pró-reitoria da UEMG.

### **3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

A organização didático-pedagógica do curso encontra-se articulada às diretrizes curriculares vigentes e demais legislações pertinentes, buscando atender o perfil do egresso que se pretende formar.

#### **3.1 Concepção do curso**

O curso de Pedagogia deve formar o pedagogo, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas sejam elas formal, não-formal e até mesmo informal decorrentes da nova sociedade contemporânea.

De acordo com Libâneo (2010) diante de novas realidades sócio econômicas, avanços tecnológicos, novos paradigmas do conhecimento impõe pensar uma formação de professor procurando o enfrentamento dos dilemas como ampliação do conceito de práticas educativas; revigoramento da pesquisa no âmbito da ciência pedagógica; reavaliação da organização formal da formação inicial tendo como critério as práticas pedagógicas reais e as necessidades de formação continuada.

Sendo assim, adotamos a concepção para o curso de Pedagogia da unidade Ituiutaba pautada nos pressupostos teóricos de Libâneo (2010) que reconhece a Pedagogia como ciência da educação, que embora não ocupe lugar hierarquicamente superior as outras ciências, possui um lugar diferenciado. Sendo a Pedagogia:

um campo de estudos com identidade e problemáticas próprio, é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa e sua contextualização, tais como o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação (inclusive a escola e o professor); as situações concretas em que se dão os processos formativos (entre eles o ensino); o saber como objeto de transmissão/assimilação; o contexto sócio institucional das instituições (entre elas as escolas e salas de aula). Resumidamente o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorrem. (LIBÂNEO, 2010, p.38).

Sob essa ótica, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia busca garantir os pressupostos básicos da formação de professores, baseando-se em cinco pilares:

1. Formação humanística e ética, visando formar professores críticos, reflexivos, éticos e conscientes de sua cidadania;

2. Formação geral em cada área, buscando garantir a competência para gerir os processos de ensino-aprendizagem;
3. Formação do pedagogo, que garanta as habilidades de planejamento e gestão educacional;
4. Formação pela pesquisa, instigando a reflexão sobre a prática pedagógica e a construção do saber escolar, de modo a possibilitar aos futuros docentes e gestores a vivência da relação dialética entre prática/reflexão/prática, permitindo-lhes a construção constante de uma práxis pedagógica inovadora vinculada à realidade de seus alunos;
5. Ampliação cultural dos futuros professores e gestores, pela vivência e contato com as várias manifestações culturais dos diferentes grupos sociais, propiciando-lhes condições de aprofundamento do gosto estético e o respeito às múltiplas culturas, enfatizando a necessidade de educar o olhar para a percepção da realidade num nível filosófico e científico, superando, assim, o senso comum.

Este projeto, em sua estrutura curricular, oferece disciplinas que, partem da premissa de que o futuro pedagogo necessita aprender aspectos relacionados a toda vivência que permeia a ação educativa, seja ela escolar ou não escolar.

De acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do art. 2º da Resolução CNE CP nº 01 de 15 de maio de 2006:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

É neste contexto que o curso de Pedagogia, unidade Ituiutaba, propõe para o futuro pedagogo uma formação que o torne capaz de exercer sua profissão em toda a extensão escolar principalmente em creches e anos iniciais do ensino Fundamental, estendendo também a formação voltada a atuação em espaços não escolares.

O curso de Pedagogia, unidade Ituiutaba, como “*locus*” de formação, em sua concepção, atende ao que se encontra explicitado também, na Resolução CNE CP nº 01 de 15 de maio de 2006 no artigo 2º, § 2º

No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo

o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional

Identificar e inserir a Pedagogia neste campo epistêmico pode contribuir para modificar ações e interpretações que não a enxergam como ciência da educação.

A partir deste entendimento Libâneo (2010, p. 136) reitera que

(...) na busca da legitimidade dos estudos científicos denominados de Pedagogia é considerar a educação, a prática educativa como objeto e, portanto, um fenômeno passível de ser descrito e explicado dentro da totalidade da vida social, mediante procedimentos metodológicos e formulação de conceitos compatíveis com os processos de investigação das ciências sociais.

Em suma, para o curso de Pedagogia da unidade acadêmica de Ituiutaba, a Pedagogia é entendida como Ciências da Educação, que contribui com o seu campo de conhecimentos, e com seu olhar para o objeto de estudo, a prática educativa, sendo ela um lugar e um espaço na busca de uma formação inicial que possibilite a determinação de sua epistemologia. Apóia-se na teoria crítica, com enfoque progressista, sustentada pela abordagem interacionista-construtivista.

### **3.1.1 Missão do curso**

Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do estado.

O presente documento, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Ituiutaba, tem a intenção de auxiliar na consolidação da missão da UEMG, caracterizada como multicampi, que surgiu com o compromisso de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e com qualidade educacional e social na região de abrangência das Unidades Acadêmicas.

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Ituiutaba terá como finalidade precípua a formação para o exercício da docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para atuar na Gestão Escolar, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (Parecer CNE/CP nº 5/2005 de 13/12/2005, publicado no DOU de 11/04/2006).

Observar-se-á os princípios constitucionais legais, com vistas a uma formação acadêmica e profissional, capazes de nortear os avanços do conhecimento e da tecnologia na área, assim como as demandas de democratização e de exigências de qualidade de ensino, pelos diferentes segmentos da

sociedade brasileira. Firma-se, portanto, o compromisso social da UEMG/Unidade Ituiutaba, colaborando com a construção de uma sociedade mais igualitária, cabendo-lhe, enquanto espaço de saber a promoção de uma educação de qualidade em que a formação de seres humanos mais atuantes seja um dos principais pilares da dinâmica educacional.

### **3.1.2 Mérito da Qualidade Acadêmica**

Formação de uma comunidade científica que oportunize a interação com outras instituições produtoras de conhecimento e, ao mesmo tempo, estabeleça uma sinergia na busca da excelência da UEMG. Formação e atuação de grupos de pesquisa com forte base científica e tecnológica para o fortalecimento do *stricto sensu* (atendendo os critérios da CAPES). Avaliação interna e externa na busca do mérito da qualidade acadêmica. O Curso de Pedagogia da UEMG tem como missão proporcionar uma formação sólida, competente, ética e humana para que os futuros profissionais tenham condições de construir processos efetivos e qualificados de ensino e de aprendizagem para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e, ainda, embasamento para exercer a profissão de pedagogo em outras instâncias escolares e não escolares.

### **3.1.3 Visão do curso**

Segundo PDI da UEMG, ser referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão em consonância com políticas, demandas e vocações regionais do Estado. Assim a Unidade de Ituiutaba também se posiciona para ser entre as instituições de ensino superior de Ituiutaba e região, referência em nível técnico, administrativo, pedagógico, cultural e científico, com uma configuração organizacional ágil, prática e produtiva por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

### **3.1.4 Área de atuação**

O egresso do curso de Pedagogia poderá atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio – modalidade Normal – dentre outros espaços educativos em empresas, hospitais, em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

## **3.2 Objetivos do curso**

### **3.2.1 Objetivos gerais:**

Para alcançar os objetivos pretendidos, é necessário um conjunto, articulado de ações. Sendo assim seus representantes, os professores em reunião do NDE e do Colegiado de Curso se propõem:

- Planejar em conjunto as ações de cada período para determinar o que cada disciplina, cada professor tem em mãos para contribuir na construção do perfil do egresso;
- Realizar em cada reunião de curso e de NDE a avaliação constante sobre o andamento do curso;
- Tentar realizar na prática a articulação das disciplinas promovendo assim a interdisciplinaridade;
- Colocar à disposição do aluno o programa a ser desenvolvido durante o ano bem como os objetivos a serem alcançados;
- Vivenciar uma Prática de Formação entrosada com as demais disciplinas principalmente com o estágio na busca de instrumentalizar o egresso para uma futura prática de excelência;
- Mostrar a importância da normatização do Sistema de Ensino nas esferas: federal, estadual e municipal como fontes organizadoras da Educação.

### **3.2.2 Objetivos específicos**

- Propiciar condições para a formação de profissionais para exercerem a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e ministrar matérias pedagógicas do Ensino Médio.
- Estabelecer critérios de organização e planejamento, avaliação e acompanhamento das atividades realizadas pelos professores e alunos.
- Possibilitar a compreensão da docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construída em relações sociais, culturais, étnico-raciais e produtivas.
- Analisar a escola como organização complexa, compreendendo-a como peça fundamental que promova a educação para a cidadania, respeitando-se os direitos humanos e ambientais.
- Articular teoria e prática fundamentando-as em princípios de interdisciplinaridade, contextualização e democratização.
- Conhecer os conteúdos básicos da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Inclusiva; de matérias pedagógicas do Ensino Médio, favorecendo o exercício da atividade docente.
- Realizar pesquisas educacionais, que forneçam as bases de compreensão histórica, política e sociocultural, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

- Proporcionar aos discentes a construção de saberes relacionados à leitura, à interpretação e à produção textual.
- Identificar e trabalhar com os educandos aspectos relacionados às necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas das crianças, contribuindo de maneira mais efetiva para o trabalho educacional.
- Promover e facilitar relações de cooperação entre universidade, escola básica, família e comunidade no sentido de promover a inclusão étnico sócio-político-cultural.
- Desenvolver a articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos, inerentes a processos de ensino e aprendizagem.
- Compreender e analisar princípios da gestão democrática em espaços escolares e não escolares quanto ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais.
- Desenvolver um trabalho democrático, articulado em ações solidárias e éticas tendo como pressuposto a valorização da inclusão, da emancipação da diversidade e contra a discriminação.
- Fornecer aos discentes oportunidades de vivenciar e incorporar novas tecnologias.
- Trabalhar a prática de formação integrada às disciplinas, a fim de estabelecer um vínculo cada vez mais consistente entre teoria e prática.
- Desenvolver o estágio supervisionado de maneira interdisciplinar com a Metodologia Científica e a Prática de Formação.
- Trabalhar de forma integrada e cooperativa com as instituições de educação básica no sentido de considerar este espaço como fundamental para o aprendizado dos futuros profissionais da Educação.
- Vivenciar o entendimento e as práticas necessárias para um trabalho de corporeidade infantil necessário ao desenvolvimento das crianças.

### **3.3 Perfil do egresso**

O perfil profissional proposto pelo curso de Pedagogia da UEMG, Unidade Ituiutaba-MG, tem como premissa a formação para a docência, tendo como eixo norteador o trabalho pedagógico e a coordenação dos processos educativos em diferentes espaços, sendo os espaços escolares e não escolares, o *locus* privilegiado para a sua atuação profissional.

As principais áreas propostas para atuação do pedagogo nesta unidade:

- A educação de crianças de zero a cinco anos.
- Ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, e Arte, de forma interdisciplinar, reconhecendo e respeitando a diversidade étnico-racial, religiosa, de gêneros, classes

sociais, necessidades especiais, escolhas sexuais e faixas geracionais, entre outras, .nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

• A participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades próprias do setor da Educação, bem como de projetos e experiências educativas.

II – produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

O egresso do curso de pedagogia, poderá atuar também como professor: na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Curso Normal de nível Médio e em Cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar. Ademais, o egresso poderá atuar nas áreas de gestão educacional e na coordenação e orientação educacional de processos educativos nos diferentes níveis da educação básica e em contextos educativos não escolares.

Assim sendo, o currículo do curso privilegia a formação, tendo como pressupostos as características apontadas para os estudantes egressos do curso de Pedagogia, pautando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP nº 1, 15 de maio de 2006, art. 5º e Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015), a saber:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos discentes de 0 a 10 anos, nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente da criança de 0 a 10 anos;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, sexuais, religiosas, políticas e outras;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, identidades sexuais, entre outras;
- XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII - participar da gestão educacional nas instituições escolares contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, apoio, assessoramento, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições educacionais planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares, processos de ensinar e de aprender em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

## **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **4.1 Estrutura Curricular**

O Curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ituiutaba – está estruturado a partir de núcleos que se articulam nos oito períodos do curso. Os núcleos promovem um movimento efetivo de reconhecimento da prática docente e uma reflexão das ações e concepções que instigam essa prática e uma intervenção reinventiva do cotidiano praticado.

### **4.2 Núcleos de estudos**

Os núcleos de estudos deverão ser capazes de superar o contexto da mera aplicação do dualismo teoria-prática e entender a formação como processo de investigação na e sobre a ação. Nesse sentido, considera-se o trabalho pedagógico cotidianamente reinventado. Assim, apresentam-se distribuídos, a seguir, os núcleos de estudos que perpassam todo o curso.

#### **4.2.1 Primeiro núcleo de estudos de formação geral**

As disciplinas que compõem esse núcleo promoverão um retorno ao espaço macrossocial do ambiente escolar e constituem-se em aportes teóricos que focalizam a escola e as instituições de atendimento à criança em suas múltiplas relações com a sociedade na qual está inserida.

Objetiva gerar debates e construção do conhecimento sobre diversidade cultural, políticas educacionais e sociais, de inclusão social, memória, currículo e a relação ensino-aprendizagem. Para o processo de investigação, há de se considerar que a pesquisa não será trabalhada no sentido clássico-formal, mas como uma prática investigativa, sendo o desenvolvimento dessa postura, que se estabelece a concepção de gestão, remetendo aos valores em nome da qual se elabora uma decisão.

Uma gestão que tenha como princípios a justiça, o respeito à diversidade e a promoção da participação é uma gestão democrática. Uma gestão que deverá ser pautada na ética, na observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos quer sejam destinados a crianças, adolescentes, jovens e adultos nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, artística, lúdica e biopsicossocial.

#### **Quadro1: Disciplinas do Núcleo de Estudos de Formação Geral**

<b>Núcleo de Estudos de Formação Geral</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
Fundamentos Filosóficos	60	4
Fundamentos Sócio Antropológicos	60	4
Informática Aplicada à Educação	60	4
Legislação Educacional	45	3
Língua Portuguesa	60	4
Psicologia da Educação I e II	75	5
Filosofia da Educação	60	4
História da Educação	60	4
Direitos Humanos e Ética	60	4
Diversidade e Cultura	45	3
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>39</b>

Fonte: Colegiado 2016

#### 4.2.2 Segundo núcleo de aprofundamento e diversificação

As disciplinas desse núcleo promoverão um retorno ao espaço microssocial do ambiente escolar, buscando ressignificá-lo. Assim, oportunizarão o exercício da formação do pedagogo.

A pesquisa, a produção do conhecimento e o estágio supervisionado somam-se ao esforço de formação desse profissional, ao promover a análise da prática educacional em sua conexão com a reflexão teórico-prática das disciplinas dispostas em cada núcleo.

Além disso, lança um novo olhar sobre os conteúdos e as possibilidades de investigação sobre processos educativos e organizacionais e de gestão; de avaliação; de criação e usos de textos; de materiais didáticos; de procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade cultural e social. Os pressupostos da identidade docente, a investigação da prática pedagógica, a produção e difusão do conhecimento científico serão espaços interdisciplinares de articulação teoria e prática e a prática das escolas de educação infantil e séries iniciais; atividades orientadas e supervisionadas sobre a educação infantil e séries iniciais no contexto escolar.

#### Quadro 2: Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação

<b>Núcleo de Aprofundamento e Diversificação</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
Currículo, Teoria e Prática	60	4
Didática e Práticas Pedagógicas I e II	120	8
Alfabetização e Construção do Conhecimento I e II	105	7
Currículo da Educação Infantil	60	4
Identidade e Profissionalização Docente	30	2
Fundamentos da Educação Inclusiva	60	4
Música e Movimento	60	4
Planejamento e Avaliação	60	4
Política e Organização da Educação Básica	60	4

Arte, Educação e Cultura	60	4
Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa I e II	120	8
Conteúdo e Metodologia de Matemática I e II	120	8
Jogos e Brincadeiras	30	2
Conteúdo e Metodologia de História	60	4
LIBRAS	30	2
Conteúdo e Metodologia de Ciências I e II	105	7
Conteúdo e Metodologia de Geografia	60	4
Educação de Jovens e Adultos	60	4
Gestão e Organização dos Espaços Escolares e não Escolares	45	3
<b>Total</b>	<b>1305</b>	<b>87</b>

Fonte: Colegiado 2016

#### 4.2.3 Terceiro núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular

O terceiro núcleo de estudos compreende a participação em: seminários, e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, em iniciação à docência, monitoria e extensão; atividades práticas articuladas entre sistema de ensino e a instituição, de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; mobilidade estudantil, intercâmbio, atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Este núcleo apresenta importância na formação do pedagogo, porque ele dá ênfase ao planejamento de ações concretas desenvolvidas em espaços educativos escolares ou não escolares, podendo sua intervenção priorizar a sala de aula, instituição escolar ou ainda organizações educativas não escolares. O trabalho de conclusão de curso estabelecerá um diálogo com o exercício profissional da docência e da gestão escolar. Sua execução expressa a capacidade reinventiva do ato educativo ao privilegiar uma interpelação efetiva dos sujeitos educandos em diversos espaços formativos.

#### Quando 3: Núcleo de Estudos Integradores

<b>Núcleo de Estudos Integradores</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
Prática de Formação I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	405	27
Atividades Complementares	210	14
Estágio Supervisionado I, II, III e IV	420	28
Metodologia Científica	30	2
Pesquisa Educacional I e II	60	4
<b>Total</b>	<b>1125</b>	<b>75</b>

Fonte: Colegiado 2016

#### Quadro 4: Disciplinas Optativas

Relação de Disciplinas Optativas	Carga Horária	Créditos
Educação do Campo	30	2
Educação e Escola de Tempo Integral	30	2
Estatística Aplicada à Educação	30	2
Gestão Escolar	30	2
Intervenção Pedagógica e Dificuldades de Aprendizagem	30	2
Introdução à Psicopedagogia	30	2
Literatura Infanto Juvenil	30	2
Pedagogia Empresarial	30	2
Pedagogia Social	30	2
Política e Gestão da Educação	30	2

#### 4.3 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Esta articulação já era existente na FEIT, contudo ganhou maior vulto, a partir do momento da estadualização, quando proporcionou ao curso uma demanda maior de alunos e professores de tempo integral, que estão contribuindo para a ampliação dos projetos de pesquisa e extensão.

Atualmente, o curso possui os seguintes projetos em andamento:

- Projetos de pesquisa: 1) Formação continuada de professores: influência do pacto nacional pela alfabetização na idade certa nas práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental; 2) Desvelando para ressignificar: processos educativos decorrentes de uma práxis musical dialógica intercultural.
- Projetos de Extensão: 1) Encontro Cinematográfico em Educação; 2) Brinquedoteca: um espaço de construção de aprendizagem na formação de professores; 3) Novas oportunidades de aprendizagem: acompanhamento e apoio a crianças com dificuldades de aprendizagem em uma escola da rede pública estadual de Ituiutaba; 4) Um estudo sobre os processos educativos e a transformação dos sujeitos envolvidos em uma prática educativa musical; 5) Projeto música na APAE.

A construção de perspectivas interdisciplinares será organizada sob a forma de projetos para os períodos relacionados a um tema específico: 1º e 2º períodos: Projetos de Nivelamento; e, nos períodos 3º e 4º, realização de projetos de pesquisa, extensão e monitoria; nos períodos 5º, 6º, 7º e 8º, realização de projetos que priorizem a teoria e prática nos estágios realizados. Do 6º ao último período, os trabalhos serão direcionados para a elaboração do Projeto de TCC, do qual professores e coordenação participam ativamente deste processo. A socialização dos resultados obtidos ocorre em cada final de ano, com programação específica, apresentados em Jornada Científica.

#### **4.4 Flexibilização curricular**

Essa flexibilização começa a ocorrer de forma gradativa pós estadualização. Os conteúdos curriculares são oferecidos de forma presencial e semipresencial. Atualmente faz parte da estrutura curricular, além das disciplinas optativas, as eletivas. As aulas semipresenciais ocorrem paralelamente às aulas presenciais utilizando-se da plataforma Moodle.

#### **4.5 Disciplinas curriculares**

As disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso de pedagogia, a partir desta reelaboração, seguem as orientações determinadas pela pró-reitoria de ensino da UEMG referente ao número de semanas do curso, como também das Leis que regem as implantações e modificações no ensino superior.

Dessa forma, o PPP está embasado nas seguintes leis: Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que institui LIBRAS na matriz curricular e o artigo 18 da Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000. Quanto à disciplina relacionada aos Direitos Humanos, embasa-se na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A lei nº 10.693/03 versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Os estudos sobre Educação Ambiental farão parte da Disciplina Conteúdo e Metodologia de Ciências Lei 15.441 “MG” 12/01/05.

A matriz curricular é constituída de 59 (cinquenta e nove) disciplinas são obrigatórias. Nos períodos quinto, sexto, sétimo e oitavo, os discentes devem escolher dentre as 10(dez) disciplinas optativas elencadas, mais quatro disciplinas. E no oitavo período terá que escolher 1 (uma) disciplina eletiva para completar o que está determinado na matriz curricular.

As disciplinas curriculares serão desenvolvidas de forma interdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que até então exercidas de forma tímida ganharam impulso e força pela existência de professores em regime de trabalho de 40 horas.

#### **4.6 Organização da oferta de Educação a Distância – EAD**

Aprender na modalidade a distância desenvolve, de forma mais efetiva, um conjunto de habilidades significativas para o sucesso profissional, tais como autonomia, proatividade, organização e uma boa desenvoltura com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Para a realização dessa modalidade, poderá utiliza-se a plataforma Moodle e a instituição oferece laboratório de informática onde o estudante e o professor podem utilizar para realizar pesquisa e desenvolver atividades.

As novas tecnologias oportunizam a comunicação com o mundo, formando e atualizando estudantes e professores, ao mesmo tempo. A EAD, vem se configurando como uma modalidade de ensino a ser aplicada como parte de educação presencial. Este enfoque pode ser visto a partir d a LDB nº 9.394/96 que deu ênfase ao tema em quatro artigos sendo eles: artigos 32, 47, 80 e 81. Estes artigos foram regulamentados por meio de Pareceres, Leis, Portarias e Resoluções assim destacamos:

- A Portaria 4.059, de 10/12/2004, que autoriza a introdução de disciplinas no modo semipresencial em até 20% da carga horária total de cursos superiores reconhecidos.
- A Portaria 4.361, de 29/12/2004, que regulamenta o credenciamento de instituições de ensino para o uso regular de EAD em seus processos.
- O Decreto 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta o Art. 80 da LDB, definindo a política oficial de educação a distância no país, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nesse sem tido, as atividades semipresenciais do curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Ituiutaba serão desenvolvidas da seguinte forma:

- Não ultrapassando 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.
- As disciplinas semipresenciais terão carga horária presencial, bem como carga horária a distância. Nenhuma disciplina poderá ser desenvolvida integralmente a distância.
- O docente responsável pela disciplina atuará como professor mediador conduzindo as atividades presenciais e virtuais, uma vez que as atividades virtuais serão orientadas previamente, na aula presencial como continuidade e complemento da mesma.
- As atividades mediadas virtualmente (pelo computador) serão desenvolvidas em AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem na plataforma MOODLE, possibilitando a utilização de variadas estratégias que o próprio ambiente virtual possui.
- A avaliação será sempre presencial.

#### **4.7 Atividades Complementares**

As atividades complementares são requisitos indispensáveis na complementação da formação do pedagogo, previstas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura, nos Pareceres CNE nº 5/2005, Nº 3/2006 e na Resolução CNE Nº 02/2015, de 1 de julho de 2015. As atividades complementares do curso de Pedagogia, de acordo com as diretrizes curriculares, terão uma carga horária de 210 (duzentas e dez horas) de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da iniciação científica, da extensão, da monitoria e das atividades culturais.

As atividades estão assim distribuídas: grupo 1 – atividades de ensino; grupo 2 – atividades de extensão; grupo 3 – atividades de pesquisa; grupo 4 – atividades culturais.

Em anexo: Regulamento dos critérios para apresentação de atividades complementares.

#### **4.8 Estágio Curricular Supervisionado**

O Estágio Supervisionado e a Prática de Formação, como componentes curriculares, darão direção à prática educativa e constituem um processo de transição profissional que liga duas lógicas, formação e trabalho. Será um espaço de integração teórica e prática do currículo e um veículo de inserção do estudante na realidade social e pedagógica do trabalho educacional.

Assim, entende-se o estágio como: campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores e possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente. (PIMENTA, 2009, p. 61).

O estágio, além de favorecer a descoberta, será um processo dinâmico de aprendizagem em diferentes áreas de atuação no campo profissional, de forma que o estudante possa conhecer, compreender e aplicar seus conhecimentos na realidade escolhida, unindo teoria e prática.

Tardiff (2014) aponta como saberes docentes, um saber plural, constituído de diversos saberes como [...] “saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.” Nesta última etapa dos saberes, Segundo Pimenta (1999), a formação de professores passa sempre pela mobilização de vários tipos de saberes: saberes de uma prática reflexiva, saberes universais de uma teoria especializada e saberes de uma militância pedagógica.

Tais saberes colocam os elementos que produzem a profissão docente, dotando-a de saberes específicos que não são únicos, pois, para a docência, não há um corpo acabado de conhecimentos, já que a prática profissional docente comporta situações problemáticas que requerem decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e conflito de valores.

Assim, a Pesquisa e a Prática Pedagógica, que norteiam o Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia, têm como objetivo o processo de construção e aplicação do conhecimento da/e sobre a educação, por meio da reflexão e do enfrentamento de problemas estudados e vivenciados pelos estudantes nas atividades práticas e de estágio supervisionado, desenvolvidos em instituições escolares formais e não formais de educação e como organizações sociais e empresariais. O curso de Pedagogia dessa instituição tem se empenhado no sentido de favorecer este aprendizado aos seus estudantes.

O estágio no curso de Pedagogia tem como meta favorecer a descoberta do trabalho de ser professor nas diversas instâncias escolares, a começar pela Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão Escolar, vivenciar momentos de aprendizado nas diferentes categorias e faixas etárias.

Dessa forma, o estágio deve ser um processo dinâmico de aprendizagem em diferentes áreas de atuação no campo profissional de ser professor; de forma que o aluno possa conhecer, compreender e aplicar, na realidade escolhida, a união da teoria com a prática, a fim de adquirir conhecimentos reais em situação de trabalho, que oportunizem assumir criticamente sua profissão.

A partir das novas diretrizes (Resolução nº 2, de 1º. de julho de 2015), o estágio terá 420 horas de atividades e iniciará no 5º período. O estágio, como campo de pesquisa, deve começar a desenvolver a postura científica no estudante.

Este PPP prevê, para o estágio supervisionado, uma postura científica de observação, em que o futuro estudante e o futuro/a professor/a, deve construir um conhecimento sólido, alicerçado em um referencial teórico consistente que o/a encoraje à experimentação e construção dos saberes da docência.

Por isso, é importante que tanto a instituição formadora como as escolas campo de estágio sejam espaços de trabalho, pesquisa e formação e que, no bojo dessa formação os estudantes possam assumir uma atitude reflexiva, uma vez que, conforme Zeichner (1993), tal atitude pode melhorar sua capacidade de enfrentar a complexidade e as incertezas na escola e na sociedade.

Na Educação Infantil, definida como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e escolas regulares da rede pública e privada, que têm como objetivo cuidar e educar a criança de 0 a 5 anos.

Esse educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança. O cuidar é entendido como valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um

ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica procedimentos específicos (RCNEI, 1998).

O Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano, “é uma etapa da educação básica que requer do educador um esforço diário para fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade”. (PCN, 1997, p. 8).

O estágio na Educação de Jovens e Adultos tem como proposta

que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. (LOPES e SOUSA, 2005, p. 2).

A gestão é a forma de administrar o todo da escola. Isto quer dizer que a gestão busca atender as exigências de todos os setores que envolvem essas práticas, desde funcionários, estrutura física da escola até a comunidade escolar. Segundo Maia e Bogoni (2008, p. 2 apud LOSS, SARTORI, PIEROZAN, 2015, p.221) “a Gestão Escolar compreende o processo político por meio do qual as pessoas integrantes da escola discutem, planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola”.

Assim, é imprescindível que os estudantes tenham momentos de observação das atividades desenvolvidas nessas etapas, mas, sobretudo, que participem ativamente dessas atividades, colaborando com os professores das salas, em que estagiarão e desenvolverão atividades planejadas por eles, conforme as necessidades da escola campo de estágio.

As orientações didáticas para esse fim serão permeadas pelo ensinar e aprender, evidenciando que o ensino deve respeitar as individualidades dos alunos, seu ritmo de aprendizagem e todo o contexto de sala de aula que traz questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal.

Conforme orientações dos PCNs e RCNEI, apontamos alguns tópicos considerados essenciais na educação infantil e no ensino fundamental que deverão ser observados e estudados: autonomia, diversidade, interação, cooperação, disponibilidade para a aprendizagem, organização do espaço, seleção de material, avaliação.

O estágio de acordo com sua distribuição na estrutura curricular está colocado da seguinte maneira: no 5º Período: Estágio Supervisionado Educação Infantil; no 6º Período: Estágio Supervisionado Ensino Fundamental; no 7º período: Estágio Supervisionado Educação de Jovens e Adultos; 8º Período: Gestão Escolar.

Nessa atividade de estágio, permanece a intenção de criar uma estrutura que favoreça cada vez mais os laços de trabalho conjunto com as escolas campo de estágio, na formação dos futuros professores e a participação da universidade nos trabalhos escolares.

A Prática de Formação, que será trabalhada antes do início do estágio, será um aprendizado que contribuirá de forma segura e eficaz para o conhecimento de prática em sala de aula.

Em anexo: Regulamento do Estágio Supervisionado.

#### 4.9 Prática de Formação Docente

O Curso de Pedagogia da UEMG, Unidade Ituiutaba, amparado pela Resolução 02/99 do CNE/CEB, Parecer 01/99 do CNE/CEB e da Deliberação 010/99 do CEE/PR, prevê na sua organização curricular a Prática de Formação, que segundo as diretrizes colocadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, estabelece que seja abordado por meio da “reflexão” sistemática sobre o saber fazer de cada professor e da escola como um todo é impulsionadora do processo de produção do conhecimento que se instaura como uma atividade crítica desde as origens da formação do professor.

A prática de formação será vivenciada em todos os períodos no decorrer do curso e terá um total de 405 horas. Cada prática vivenciada terá a tarefa de articular teoria e prática – práxis pedagógicas, procurando contextualizar os conhecimentos a elas pertinentes, bem como articular a interdisciplinaridade com as demais áreas curriculares. A carga horária da Prática de Formação ficou assim distribuída, conforme o Quadro abaixo:

**Quadro 5: Prática de Formação.**

Período	Disciplina	CH
1º Período	Prática de Formação I – Língua Portuguesa	30
2º Período	Prática de Formação II – Prática em Artes	30
3º Período	Prática de Formação III – Formação Docente	60
4º Período	Prática de Formação IV – Prática da Educação Inclusiva	60
5º Período	Prática de Formação V – Prática da Educação Infantil	60
6º Período	Prática de Formação VI – Prática dos anos iniciais do Ensino Fundamental	60
7º Período	Prática de Formação VII – Prática da Educação de Jovens e Adultos	60
8º Período	Prática de Formação VIII – Prática de Gestão Escolar	45
<b>Total</b>		<b>405</b>

Fonte: Colegiado 2016

Nesse sentido, acredita-se que a prática de formação, sendo oferecida concomitante ao estudo teórico em disciplinas com ementas com conteúdo correspondente, possibilitará melhor aproveitamento do estudante.

As atividades desenvolvidas na prática de formação, serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável, por meio de metodologia que privilegiará os conteúdos procedimentais que serão trabalhados, em diferentes espaços, dentre eles: nos laboratórios específicos, como a Brinquedoteca, sala de música, campos de estágios, e etc; por meio de oficinas, seminários, roda de conversa, nas atividades e nas práticas voltadas para a formação profissional, a qual cada técnica observada e empregada será analisada, discutida e observada nos seus mais variados aspectos

Trata-se de oportunizar ao estudante de pedagogia, por meio da prática de formação, compreender as diferentes concepções e práticas pedagógicas, percebendo-se como sujeito histórico que é modificado e se modifica por meio das relações sociais. Serão vivenciadas em diferentes espaços sendo eles dentro da instituição ou fora dela como, por exemplo, escolas de educação básica públicas ou privadas; Secretaria Municipal de Educação; projetos de extensão; projetos de pesquisa; seminário; oficinas; visitas técnicas; excursões, dentre outras.

#### **4.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

O parecer 146/2002 do Ministério da Educação fixou a monografia / TCC no eixo dos conteúdos curriculares dos cursos de graduação nas universidades.

O ato de deliberação desse parecer foi revogado pelo Parecer CNE / CES67(Câmara de Educação Superior). Assim fica a cargo dos colegiados do Curso se posicionarem. O colegiado de Pedagogia entende que deve prevalecer a continuidade, pois só trará contribuições relevantes para os alunos e professores.

O TCC busca uma interlocução entre as disciplinas teóricas e práticas e o estágio supervisionado, por meio de pesquisa orientada que propicie o desenvolvimento da produção científica. Terá como base o diagnóstico da realidade e a partir dos problemas levantados o estudante fará um recorte do aspecto problematizado, investigado, para melhor compreender o problema e apontar possíveis soluções.

O TCC será subsidiado pelas disciplinas de Metodologia Científica e nas disciplinas Pesquisa Educacional I e Pesquisa Educacional II.

As disciplinas Pesquisa Educacional I e II fundamentarão a elaboração do projeto de pesquisa, assim como embasamento teórico prático para a produção de um artigo científico (conforme decisão

do colegiado do curso). Antes da apresentação final do artigo, que deverá acontecer no 8º período, ocorrerá no 7º período, uma banca de qualificação, formada por três professores: o professor orientador e dois professores convidados. Deve-se ressaltar que, no encerramento do 8º período, será realizada uma Jornada Científica para a socialização dos resultados das pesquisas realizadas.

Em anexo: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

#### **4.11 Estrutura curricular**

As disciplinas e demais atividades do curso apresentam a carga horária organizada dentro do sistema de créditos, em que 18 horas/aula, correspondem a 15 horas e equivalem a 1 crédito.

## ESTRUTURA CURRICULAR – PEDAGOGIA – ITUIUTABA

1º Período 26 créditos	2º Período 26 créditos	3º Período 26 créditos	4º Período 25 créditos	5º Período 29 créditos	6º Período 29 créditos	7º Período 29 créditos	8º Período 25 créditos
Fundamentos Filosóficos 4 créditos	Arte, Educação e Cultura 4 créditos	Alfabetização e Construção do Conhecimento I 4 créditos	Alfabetização e Construção do Conhecimento II 3 créditos	Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa I 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de História 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de Ciências I 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de Ciências II 3 créditos
Fundamentos Sócio-Antropológicos 4 créditos	Currículo, Teoria e Prática na Educação Básica 4 créditos	Currículo da Educação Infantil 4 créditos	Fundamentos da Educação Inclusiva 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de Matemática I 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa II 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de Geografia 4 créditos	Diversidade e Cultura 3 créditos
Informática Aplicada à Educação 4 créditos	Didática e Práticas Pedagógicas I 4 créditos	Didática e Práticas Pedagógicas II 4 créditos	Música e Movimento 4 créditos	Direitos Humanos e Ética 4 créditos	Conteúdo e Metodologia de Matemática II 4 créditos	Educação de Jovens e Adultos 4 créditos	Eletiva 2 créditos
Legislação Educacional 3 créditos	Filosofia da Educação 4 créditos	Fundamentos da Educação Infantil 4 créditos	Planejamento e Avaliação 4 créditos	Jogos e Brincadeiras 2 créditos	LIBRAS 2 créditos	Optativa 2 créditos	Gestão e Organização dos Espaços Escolares e não escolares 3 créditos
Língua Portuguesa 4 créditos	História da Educação 4 créditos	Identidade e Profissionalização Docente 2 créditos	Política e Organização da Educação Básica 4 créditos	Optativa 2 créditos	Optativa 2 créditos	Pesquisa Educacional I 2 créditos	Optativa 2 créditos
Prática de Formação I – Língua Portuguesa 2 créditos	Prática de Formação II – Prática em Artes 2 créditos	Metodologia Científica 2 créditos	Prática de Formação IV – Prática de Educação Inclusiva 4 créditos	Prática de Formação V – Prática de Educação Infantil 4 créditos	Prática de Formação VI – Prática dos anos iniciais do Ensino Fundamental 4 créditos	Prática de Formação VII – Prática de EJA 4 créditos	Pesquisa Educacional II 2 créditos
Psicologia da Educação I 3 créditos	Psicologia da Educação II 3 créditos	Prática de Formação III – Formação Docente 4 créditos	Atividades Complementares 2 créditos	Atividades Complementares 2 créditos	Atividades Complementares 2 créditos	Atividades Complementares 2 créditos	Prática de Formação VIII – Prática de Gestão 3 créditos
Atividades Complementares 2 créditos	Atividades Complementares 2 créditos	Atividades Complementares 2 créditos		Estágio Supervisionado I – Educação Infantil 7 créditos	Estágio Supervisionado II – Ensino Fundamental 7 créditos	Estágio Supervisionado III - EJA 7 créditos	Estágio Supervisionado IV – Gestão Escolar 7 créditos

**1º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Fundamentos Filosóficos	72		72	60	4	
Fundamentos Sócio Antropológicos	72		72	60	4	
Informática Aplicada à Educação	72		72	60	4	
Legislação Educacional	54		54	45	3	
Língua Portuguesa	72		72	60	4	
Prática de Formação I – Língua Portuguesa		36	36	30	2	
Psicologia da Educação I	54		54	45	3	
Atividades Complementares I	36		36	30	2	
<b>TOTAL</b>	<b>432</b>	<b>36</b>	<b>468</b>	<b>390</b>	<b>26</b>	

**2º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Arte, Educação e Cultura	72		72	60	4	
Currículo, Teoria e Prática na Educação Básica	72		72	60	4	
Didática e Práticas Pedagógicas I	72		72	60	4	
Filosofia da Educação	72		72	60	4	
História da Educação	72		72	60	4	
Prática de Formação II – Prática em Artes		36	36	30	2	
Psicologia da Educação II	36		36	30	2	Psicologia da Educação I
Atividades Complementares II	36		36	30	2	
<b>TOTAL</b>	<b>432</b>	<b>36</b>	<b>468</b>	<b>390</b>	<b>26</b>	

**3º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Alfabetização e Construção do Conhecimento I	72		72	60	4	
Didática e Práticas Pedagógicas II	72		72	60	4	Didática e Práticas Pedagógicas I
Direitos Humanos e Ética	72		72	60	4	
Fundamentos da Educação Infantil	72		72	60	4	
Identidade e Profissionalização Docente	36		36	30	2	
Metodologia Científica	36		36	30	2	
Prática de Formação III – Formação Docente		72	72	60	4	
Atividades Complementares III	36		36	30	2	
<b>TOTAL</b>	<b>468</b>	<b>72</b>	<b>432</b>	<b>390</b>	<b>26</b>	

**4º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Alfabetização e Construção do Conhecimento II	54		54	54	3	Alfabetização e Construção do Conhecimento I
Fundamentos da Educação Inclusiva	72		72	60	4	
Música e Movimento	72		72	60	4	
Planejamento e Avaliação	72		72	60	4	
Política e Organização da Educação Básica	72		72	60	4	
Prática de Formação IV – Prática de Educação Inclusiva		72	72	60	4	
Atividades Complementares IV	36		36	30	2	
<b>TOTAL</b>	<b>378</b>	<b>72</b>	<b>450</b>	<b>375</b>	<b>25</b>	

**5º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa I	72		72	60	4	
Conteúdo e Metodologia de Matemática I	72		72	60	4	
Currículo da Educação Infantil	72		72	60	4	
Jogos e Brincadeiras	36		36	30	2	
Optativa	36		36	30	2	
Prática de Formação V – Prática de Educação Infantil	72	72	72	60	4	
Atividades Complementares V	72		36	30	2	
Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	36		126	105	7	
<b>TOTAL</b>	<b>468</b>	<b>72</b>	<b>522</b>	<b>435</b>	<b>29</b>	

**6º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Conteúdo e Metodologia de História	72		72	60	4	
Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa II	72		72	60	4	Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa I
Conteúdo e Metodologia de Matemática II	72		72	60	4	Conteúdo e Metodologia de Matemática I
LIBRAS	36		36	30	2	
Optativa	36		36	30	2	
Prática de Formação VI – Prática dos anos iniciais do Ensino Fundamental		72	72	60	4	
Atividades Complementares VI	36		36	30	2	
Estágio Supervisionado II – Ensino Fundamental	36		126	105	7	
<b>TOTAL</b>	<b>360</b>	<b>72</b>	<b>522</b>	<b>435</b>	<b>29</b>	

**7º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Conteúdo e Metodologia de Ciências I	72		72	60	4	
Conteúdo e Metodologia de Geografia	72		72	60	4	
Educação de Jovens e Adultos	72		72	60	4	
Optativa	36		36	30	2	
Pesquisa Educacional I	36		36	30	2	
Prática de Formação VII – Prática de EJA		72	72	60	4	
Atividades Complementares VII	36		36	30	2	
Estágio Supervisionado III – Educação de Jovens e Adultos	36		126	105	7	
<b>TOTAL</b>	<b>360</b>	<b>72</b>	<b>522</b>	<b>435</b>	<b>29</b>	

**8º PERÍODO**

<b>Disciplina</b>	<b>Teórico</b>	<b>Formação docente</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Hora Relógio</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré requisito</b>
Conteúdo e Metodologia de Ciências II	54		54	45	3	Conteúdo e Metodologia de Ciências I
Diversidade e Cultura	54		54	45	3	
Eletiva	36		36	30	2	
Gestão e Organização dos Espaços Escolares e não Escolares	54		54	45	3	
Optativa	36		36	30	2	
Pesquisa Educacional II	36		36	30	2	Pesquisa Educacional I
Prática de Formação VIII – Prática de Gestão		54	54	45	3	
Estágio Supervisionado IV – Gestão Escolar	36		126	105	7	
<b>TOTAL</b>	<b>306</b>	<b>54</b>	<b>450</b>	<b>375</b>	<b>25</b>	

**ESTRUTURA CURRICULAR PEDAGOGIA**

	<b>Créditos</b>	<b>Aula Teórica</b>	<b>Formação Docente</b>	<b>Estágio Supervisionado</b>	<b>Atividades Complementares</b>	<b>Total h/a</b>	<b>Total h/r</b>
<b>1° Período</b>	26	432	36	-	36	468	390
<b>2° Período</b>	26	432	36	-	36	468	390
<b>3° Período</b>	26	468	72	-	36	432	390
<b>4° Período</b>	25	378	72	-	36	450	375
<b>5° Período</b>	29	468	72	126	36	522	435
<b>6° Período</b>	29	360	72	126	36	522	435
<b>7° Período</b>	29	360	72	126	36	522	435
<b>8° Período</b>	25	306	54	126	-	450	375
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>2880</b>	<b>486</b>	<b>504</b>	<b>252</b>	<b>3834</b>	<b>3225</b>

### Disciplinas optativas

Disciplinas Optativas		CH	CH
01	Educação do Campo	02	36
02	Educação e Escola de Tempo Integral	02	36
03	Estatística Aplicada à Educação	02	36
04	Gestão Escolar	02	36
05	Intervenção Pedagógica e Dificuldades de Aprendizagem	02	36
06	Introdução à Psicopedagogia	02	36
07	Literatura Infante Juvenil	02	36
08	Pedagogia Empresarial	02	36
09	Pedagogia Social	02	36
10	Política e Gestão da Educação	02	36

O curso possui um total de 58 disciplinas, sendo 4 disciplinas optativas, que se encontram sequenciadas no quadro acima e posicionadas no 5, 6º, 7º e 8º períodos. No 8º período é facultado ao aluno o direito de eleger 1 disciplina eletiva, que considere importante para enriquecer seu currículo.

A exigência das 420 horas de estágio supervisionado está colocada na estrutura curricular a partir do 5 período. O estágio procura atender o perfil do egresso que é ser professor (a) da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso Normal e executado também em espaços escolares e não escolares.

#### 4.12 Ementário

1º PERÍODO
<b>Disciplina: Fundamentos Filosóficos</b>
<b>Ementa:</b> Reflexão acerca da transição do pensamento mítico ao filosófico. As etapas da filosofia na História e os grandes filósofos. O objeto de estudo da filosofia e método filosófico.
<b>Bibliografia Básica:</b> ARANHA, M. L. de A. <b>Temas de filosofia</b> . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002. GHIRALDELLI JUNIOR, P. <b>Introdução a filosofia</b> . Barueri: Manole, 2003. MAGEE, B. <b>História da filosofia</b> . 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
<b>Bibliografia Complementar:</b> CHAUI, M. <b>Convite à filosofia</b> . 14. ed. São Paulo: Ática, 2011. PAIVA, V. de. <b>Filosofia encantamento e caminho: introdução ao exercício do filosofar</b> . São Paulo: Paulus, 2002. PAVIANI, J. <b>Problemas de filosofia da educação: o cultural - o político - o ético na escola pedagógico - o epistemológico no ensino</b> . 8. ed. Caxias do Sul: Educus, 2010. RODRIGUES, N. <b>Filosofia para não filósofos</b> . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. TREVISAN, A. L. <b>Filosofia da educação: mimeses e razão comunicativa</b> . Ijuí: UNIJUI,

2000.

**Disciplina: Fundamentos Sócio Antropológicos**

**Ementa:**

Introdução à análise sociológica e antropológica da educação. Os autores clássicos da Sociologia e seu pensamento sobre a educação. Especificidade do conhecimento antropológico. Conceito de cultura. Antropologia social e cultural – Diversidade.

**Bibliografia Básica:**

DURKHEIM, E. **Sociologia**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2010.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

GONZÁLEZ, L. J. F.; DOMINGOS, T. R. E. **Cadernos de Antropologia da Educação: linguagem, sociedade e educação**. Vol. 5. Petrópolis: Vozes, 2005.

**Bibliografia Complementar:**

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

MELLO, L. G. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 2000.

QUINTANEIRO, T.; OLIVEIRA, M. L.; OLIVEIRA, B. M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SILVA, T. T. da (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

**Disciplina: Informática Aplicada à Educação**

**Ementa:**

Estudo teórico-prático dos recursos computacionais aplicados na educação (aplicativos, internet, multimídia e outros). Saber identificar as potencialidades da tecnologia da informação e comunicação (TIC) como ferramenta no processo ensino-aprendizagem (presencial ou distância) e discutir as implicações do uso das TIC na Educação.

**Bibliografia Básica:**

OLIVEIRA, R. de. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

TAJRA, S. F. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 9. ed. São Paulo: Erica, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

MORAN, J. M. Mudar a forma de aprender e ensinar com a internet. In: **Salto para o futuro: TV e informática na educação**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

VIDAL, E. M. **Educação, informática e professores**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, T. V.; ALMEIDA, M. E. B. de; ALONSO, M. (Orgs.) **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

VALENTE, J. A. (2003). O papel do computador no processo ensino-aprendizagem. **Boletim o Salto para o Futuro**. TV escola. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED. Ministério da Educação. Disponível em <[www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/tetxt3.htm](http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/tetxt3.htm)>

**Disciplina: Legislação Educacional****Ementa:**

A legislação educacional vigente. A organização do sistema educacional brasileiro. A composição dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Plano Nacional de educação. Impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação. Financiamento da Educação Básica.

**Bibliografia Básica:**

BRANDÃO, C. da F. **LDB Passo a Passo**. 4 ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394/96**. 9 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

DERMEVAL, S. **Nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 3 ed. Campinas, 2000.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica**. Ministério da Educação – Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013.

CURY, C. R. J. **Educação e Direito a Educação no Brasil: um histórico das constituições**. Belo Horizonte, Mazza, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Plano Nacional da Educação 2011-2020.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>

**Disciplina: Língua Portuguesa****Ementa:**

Língua e linguagem. O texto e suas propriedades. Tipologia textual: narração, descrição e dissertação, consoante suas partes imprescindíveis. Desenvolvimento do leitor/autor – prática de leitura e produção textual. Linguagem como interação – leitura e produção de textos na perspectiva da enunciação.

**Bibliografia Básica:**

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MESQUITA, R. M. **Gramática da língua portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VAL, M. da G. C. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**Bibliografia Complementar:**

BAGNO, M. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 7. Ed., Campinas: Pontes, 2000.

MIRANDA, M. M. **A produção de texto na perspectiva da enunciação**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, 1, jan./fev. 1995.

VAL, M. da G. C.; ROCHA, G. (org.). **Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto** – o sujeito-autor. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2005.

**Disciplina: Psicologia da Educação I****Ementa:**

A Psicologia da Educação. Introdução sobre as relações entre a Psicologia e a Educação. Psicologia do Desenvolvimento. Considerações conceituais fundamentais para compreensão do desenvolvimento da criança e do adolescente. Principais teorias interacionistas do desenvolvimento infante-adolescente de Jean Piaget e Henri Wallon, e suas implicações na prática do professor.

**Bibliografia Básica:**

BARROS, Célia Silva Guimarães. *Pontos de Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Ática, 2002.

BOCK, A. M. B., FURTADO, O e TEIXEIRA, M. L. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

DE LA TAILLE, Y e outros. *PIAGET, VYGOTSKY, WALLON*. Teorias psicogenéticas em discussão. 13 ed. São Paulo: Summus, 1992.

[www.pucsp.br](http://www.pucsp.br)

[www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br)

**Bibliografia Complementar:**

MORRIS, Charles G. **Introdução à Psicologia**. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

OLIVEIRA, Z. DE. DAVIS, C. **Psicologia da Educação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SISTO, F. F., OLIVEIRA, G de C., FINI, L. D. T. **Leituras de Psicologia para formação de professores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em:

<http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/A%20Psicologia%20como%20Ferramenta%20do%20Professor.pdf>

[www.pucsp.br](http://www.pucsp.br)

[www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br)

**2º PERÍODO****Disciplina: Arte, Educação e Cultura****Ementa:**

Fundamentação teórica de Arte, Educação e Cultura. Arte como forma de conhecimento da realidade. Associação entre cultura e arte. Reflexões sobre arte-educação. Problematização do conceito de educação.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. V.G, 1977. MEC/SEF. Minas Gerais, Secretaria de Educação. Projeto Música na Escola. 1998-99. SEE/MG.

FLEURI, R. M. **Desafios à educação intercultural no Brasil**. Disponível em: [www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf](http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf). Acesso em: 11 de abril de 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Brasília: MEC, 2008.

OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. de (Orgs). **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EduFSCAR, 2014.

READ, H. **Educacion por el arte**. 5.ed. Buenos Aires: Paidós, 1973.

**Disciplina: Currículo, Teoria e Prática da Educação Básica****Ementa:**

As teorias tradicionais, críticas e pós-críticas do currículo. Caracterização e fundamentos do currículo como campo de estudo e investigação. O currículo e a formação de professores. O currículo escolar: concepções, caracterização, fundamentos e origem de seu desenvolvimento na educação brasileira. O projeto político pedagógico e a dimensão curricular.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: 1997. vol. 1 a 10.  
SACRISTAN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.  
SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2002.

**Bibliografia Complementar:**

GARCIA, R. L. e MOREIRA, A. F. B. **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.  
HORN, G. B. **Currículo Teoria e História**. São Paulo: Vozes, 2010.  
LOPES, A. C. e MACEDO, E. (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.  
OLIVEIRA, M. R. N. S.; PACHECO, J. A.(orgs). **Currículo, Didática e Formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2013.  
VARELA, B. L. **O Currículo e o Desenvolvimento Curricular**. Concepções, Práxis e Tendências. Campo Verde: UniCV, 2013.

**Disciplina: Didática e Práticas Pedagógicas I**

**Ementa:**

O papel da Didática na formação do educador. Fundamentos da prática docente: teorias que dão sustentação às práticas educativas. A organização do processo didático e os desafios da realidade na atuação docente. (Re) significação e construção do planejamento de ensino na perspectiva didática e em seus diferentes níveis. Identificação e análise dos componentes do plano de ensino e aprendizagem. As estratégias de ensino na ação didática.

**Bibliografia Básica:**

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2007.  
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2001.  
VEIGA, I. P. A. **Didática: o ensino e suas relações**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (orgs). **Ensinar a Ensinar – Didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira, 2002.  
FAZENDA, I. C. A. **Didática e interdisciplinaridade**. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2010.  
GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.  
GIESTA, N. C. **Cotidiano escolar e formação reflexiva de professores: moda ou valorização do saber docente?** Araraquara: J. M. Editora, 2001.  
MOYSÉS, L. M. **O desafio de saber ensinar**. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2010.  
VEIGA, I. P. A. **Repensando a didática**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

**Disciplina: Filosofia da Educação**

**Ementa:**

Filosofia da Educação: espaço reflexivo do pedagogo; importância da filosofia para a formação do educador com base em uma postura ética. Análise e crítica à postura dogmática de diversas práticas pedagógicas. Novos pensadores em educação. As bases filosóficas de Paulo Freire, Edgar Morin, Rubem Alves, Mário Sérgio Cortella, Cipriano Luckesi.

**Bibliografia Básica:**

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2010.  
LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2007.  
PILETTI, C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.  
DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.  
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 2010.  
GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 2015.  
PAVIANI, J. **Problemas de Filosofia da Educação**. 7. ed. Caxias do Sul: Educus, 2005.

### **Disciplina: História da Educação**

#### **Ementa:**

O significado da história e da Educação. O surgimento da escrita e das instituições escolares: o humanismo clássico. A educação cristã e secular na Idade Média. O renascimento pedagógico. Reforma e Contra Reforma. A pedagogia tradicional: teorias e consolidações. O Iluminismo. Contradições do naturalismo rousseauiano e do projeto educacional da revolução francesa. Cientificismo, progresso e os modelos da educação pós-revolução industrial. Projetos conflitantes da modernidade pedagógica e organizações no campo educacional.

#### **Bibliografia Básica:**

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.  
MANACORDA, M. **História da Educação: Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2014.  
SOUZA, N. M. M. de. **História da Educação – Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Contemporânea**. São Paulo: Avercamp, 2006.

#### **Bibliografia Complementar:**

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.  
GADOTTI, M. **Histórias das Idéias Pedagógicas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.  
GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.  
RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira – a organização escolar**. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.  
VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

### **Disciplina: Psicologia da Educação II**

#### **Ementa:**

Introdução sobre as relações entre a Psicologia e a Educação. Contribuições da Psicologia para o cotidiano escolar e para a compreensão do processo ensino aprendizagem. As diferentes concepções de desenvolvimento: Inatismo, Ambientalismo, Interacionismo; Abordagem Comportamentalista: as contribuições de Skinner e Abordagem Humanista: contribuições de Rogers.

#### **Bibliografia Básica:**

MORRIS, Charles G. **Introdução à Psicologia**. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.  
OLIVEIRA, Z. DE. DAVIS, C. **Psicologia da Educação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.  
**SISTO. F. F., OLIVEIRA. G de C., FINI. L. D. T. Leituras de Psicologia para formação de professores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000

#### **Bibliografia Complementar:**

#### **Bibliografia Complementar:**

BOCK, A. M. B., FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.  
TRAVALHA, C. C. X. Xavier. A psicologia como ferramenta do professor: aplicações em sala de aula / Conceição Clarete Xavier Travalha. – Belo Horizonte: CAED-UFGM, 2012.  
Disponível em:  
[www.pucsp.br](http://www.pucsp.br)

### 3º PERÍODO

#### **Disciplina: Alfabetização e Construção do Conhecimento I**

##### **Ementa:**

Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. O processo de construção/aquisição da leitura e da escrita. Aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos no processo de alfabetização. Os princípios subjacentes aos Métodos de alfabetização e seu significado na prática pedagógica. Concepção Construtivista e alfabetização. Análise e produção de recursos e materiais didáticos para alfabetização.

##### **Bibliografia Básica:**

CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo. Ática, 2005.  
Coleção: **Orientações para a organização do Ciclo Inicial de Alfabetização**. Vol. 1, 2 e 3.  
CEALE, Belo Horizonte: SEE – MG, 2003.  
KRAMER, S. **Alfabetização leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

##### **Bibliografia Complementar:**

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba, bé bi, bo, bu**. São Paulo: Scipione, 1999.  
CARVALHO, M. A. F. (orgs). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.  
COLELLO, S. **Alfabetização em questão**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.  
FRADE, I. C. A. da S. **Alfabetização hoje: onde estão os métodos?** *Presença Pedagógica*. V. 9, nº 50, mar./abr. 2003.  
TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

#### **Disciplina: Direitos Humanos e Ética**

##### **Ementa:**

Discussão e reflexão do cotidiano das relações vividas pelos diferentes sujeitos sociais com base na diversidade sexual, religiosa e os direitos educacionais. Pensar a alteridade em suas múltiplas formas sociais de exclusão e de resistência. Movimentos sociais. Direitos humanos, ética e cidadania.

##### **Bibliografia Básica:**

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: MEC, 2003.  
BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008.  
GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, Petronilha B. G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. **Educação e Pesquisa**, v.29, n.1, p.109-123, jan./jun. 2003.

##### **Bibliografia Complementar:**

DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino americana III: erótica e pedagógica**. São Paulo: Loyola, Piracicaba: UNIMEP, (s/d).  
FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia?**  
VARELA, F. J. **Sobre a competência ética**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.  
BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CANDAU, V. M. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, p. 45-56, jan-abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acesso em: 7 de agosto de 2014

### **Disciplina: Didática e Práticas Pedagógicas II**

#### **Ementa:**

A Didática e a prática pedagógica do professor. Os saberes docentes. O cotidiano escolar. Formas de organização da prática educativa escolar e os desafios da realidade para a atuação docente. O planejamento da prática docente. As estratégias de ensino na ação didática. A aula como espaço-tempo coletivo de formulação de saberes.

#### **Bibliografia Básica:**

FARIAS, I. M. S., et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber, 2011.  
GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009.  
PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

#### **Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Alternativas no ensino de didática**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2013.  
PILLETI, C.. **Didática**. São Paulo, Ática, 2007.  
VEIGA, I. P. A. e CUNHA, M. I. da. (Orgs). **A prática pedagógica do professor de Didática**. Campinas: Papirus, 2015.  
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.  
ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

### **Disciplina: Fundamentos da Educação Infantil I**

#### **Ementa:**

Infância: história, princípios, concepções e tendências atuais. Construção de concepções teóricas sobre a educação da infância. O processo de desenvolvimento humano, características evolutivas de 0 a 5 anos. Estruturação do conhecimento tendo como base a Epistemologia Genética e o sócio-interacionismo: aspectos cognitivos, psicomotor, afetivo relacional, ético e moral. A especialidade da educação infantil e as diversas leituras. A educação de qualidade incorporando atividades educativas, lúdicas e socioculturais. A formação do professor para a educação infantil.

#### **Bibliografia Básica:**

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.  
OLIVEIRA, Z. M. (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2010.  
\_\_\_\_\_. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

#### **Bibliografia Complementar:**

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCACAO - SECRETARIA DE EDUCACAO BASICA. . **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.  
GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.  
MACEDO, L. **Ensaios construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.  
OSTETTO, L. E. **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2012.  
SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. **Estudos da infância: Educação e Prática Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

### **Disciplina: Identidade e Profissionalização Docente**

**Ementa:**

Constituição identitária do professor, seu desenvolvimento profissional e suas questões de categoria. Reflexões sobre as condições históricas do formar-se professor, do licenciar-se correlacionando com a história de vida, de formação e a experiência docente. As mudanças no mundo, nos processos de trabalho e na relação entre trabalho e educação. A condição do trabalho docente no Brasil.

**Bibliografia Básica:**

BRZEZINSKI, I. **Profissão professor: identidade e profissionalização docente.** Brasília: Plano Editora, 2002.

IMBERNON, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

CONTRERAS, J. **A autonomia dos professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

MONTERO, L. **A construção do conhecimento profissional docente.** Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

PERRENOUD, P.; ALTET, M.; PAQUAY, L. **A profissionalização dos formadores de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, I. P. A. e CUNHA, I. da (Orgs.). **Desmistificando a profissionalização do magistério.** Campinas: Papyrus, 1999.

**Disciplina: Metodologia Científica****Ementa:**

Universidade, ciência e formação acadêmica. Organização da vida universitária. A metodologia científica, conceitos e definições. O conhecimento científico. Trabalhos acadêmicos: resumo, fichamento, resenha, projeto. Normas Técnicas para formatação de textos acadêmicos e científicos. Apresentação física e referências bibliográficas.

**Bibliografia Básica:**

BASTOS, C. L. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

BAGNO, M. **Pesquisa na Escola: o que é, como se faz.** 26. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

LAURICELLA, C. M.; SANDRONI, T. **Dicas para escrever melhor.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

**4º PERÍODO****Disciplina: Alfabetização e Construção do Conhecimento II**

**Ementa:**

Função social e política da alfabetização. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Alfabetização e letramento: teoria e prática. Psicogênese da alfabetização – estudo e análise dos níveis de evolução leitura e escrita. Intervenções didáticas no processo de aquisição da leitura e da escrita alfabética.

**Bibliografia Básica:**

CASTANHEIRA, M. L. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

**Bibliografia Complementar:**

COLL, C.; et al **O Construtivismo na sala de aula**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

FRANCHI, E. **Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade à escrita**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RUSSO, M. de F. **Alfabetização: um processo em construção**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHOLZE, L.; ROSING, T. M. K. (orgs). **Teorias e Práticas de letramento**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

**Disciplina: Fundamentos da Educação Inclusiva****Ementa:**

A exclusão social: étnica, de gênero, por idade, por classe social. Trajetória histórica da educação especial na Europa e no Brasil. A construção histórica da deficiência e do fracasso escolar. Paradigma da integração e inclusão. Deficiências sensoriais; deficiências físicas; deficiências cognitivas, deficiência múltipla; Transtorno Global do Desenvolvimento; Altas Habilidades/Superdotação. A política nacional e a fundamentação legal da Educação Inclusiva. Políticas públicas de inclusão em Minas Gerais.

**Bibliografia Básica:**

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (org). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. São Paulo: Papiros, 2012.

JANUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

GAIO, R.; MENEGHETTI, K. **Caminhos Pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

SANTOS, M. T. T dos. **Bem - vindo á escola: a inclusão nas vozes do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

REILY, L. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

**Disciplina: Música e Movimento****Ementa:**

Presença da música na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O fazer musical. Apreciação musical e estética. Cancioneiro infantil. As fontes sonoras, criação e

improvisação musical. A criança e o movimento. Linguagem corporal, motricidade, jogos, brincadeiras, danças e ritmo corporal. Jogos rítmicos de percepção e atenção. A Lei n.11.769-08, que trata da obrigatoriedade da música nas escolas. Noções de história da música e pedagogos musicais.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** V.G, 1977.

JORDÃO, G.; ALLUCCI, R. R.; MOLINA, S.; TERAHATA, A. M. (Coord.). **A música na escola.** São Paulo: Allucci& Associados Comunicações, 2012.

KIEFER, B. **História da Música Brasileira: dos primórdios ao início do séc. XX.** Porto Alegre, Movimento, 1977.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Brasília: MEC, 2008.

BRITO, T. A. **A música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

MEC/SEF. Minas Gerais, Secretaria de Educação. **Projeto Música na Escola.** 1998-99. SEE/MG.

SCHAFER, R. M. **O ouvido pensante.** Trad. Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúci a Pascoal. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

TINHORÃO, J. R. **Pequena História da Música Popular.** São Paulo: Art Editora. 1991.

**Disciplina: Planejamento e Avaliação**

**Ementa:**

Introdução ao estudo do planejamento. Fundamentos do planejamento educacional. Planejamento participativo em educação. A evolução histórica da avaliação, seus diversos conceitos e sua relação com a atualidade. Avaliação educacional e prática avaliativa no contexto do sistema e da educação escolar.

**Bibliografia Básica:**

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 23. ed. São Paulo: Libertad, 2012.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental.** 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem práticas de mudança: por uma práxis transformadora.** São Paulo: Libertad, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa.** 20. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar: critérios e instrumentos.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética - libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 2006.

**Disciplina: Política e Organização da Educação Básica**

**Ementa:**

As políticas educacionais e suas implicações legais para a organização da atividade escolar. Escolarização. Análise das relações entre educação, estado e sociedade. Estudo da organização

da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. As políticas educacionais de desenvolvimento e financiamento da educação brasileira.

**Bibliografia Básica:**

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Heccus editora, 2015.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

CICILINI, G. A. **Educação escolar:** políticas, saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia: EDUFU, 2002.

OLIVERIA, R. P. de; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do Ensino no Brasil:** níveis e modalidades. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

SANTOS, C. R. dos. **Educação escolar brasileira:** estrutura, administração, legislação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SAVIANNI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação:** por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nova lei da educação:** trajetória limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2011.

## 5º PERÍODO

### Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa I

**Ementa:**

Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da Língua Portuguesa. Estudo linguístico-gramatical: acentuação gráfica, separação silábica, fonética e fonologia. Metodologias aplicadas ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Prática de leitura e produção escrita.

**Bibliografia Básica:**

KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, I. V. **A coesão textual.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MESQUITA, R. M. **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CITELLI, A. **O texto argumentativo.** São Paulo: Scipione, 1994.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e persuasão.** 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola:** o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

### Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Matemática I

**Ementa:**

Importância e objetivos do Ensino da Matemática na Educação Básica. Tendências atuais para o ensino de Matemática: pressupostos teóricos, procedimentos e técnicas. Análise e organização

de programas de ensino. A construção do conhecimento matemático. Números naturais e racionais: inteiros, frações e decimais.

**Bibliografia Básica:**

CARAÇA, B. de J. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989.

CARVALHO, D. L. de . **Metodologia do Ensino da Matemática**. São Paulo: Cortez. 2013.

FERREIRA, V. L. **Metodologia do Ensino de Matemática**. História, Currículo e Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática de 1ª a 4ª**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOYER, C. B. **História da Matemática**. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1996.

CARVALHO, D. L. **Metodologia do Ensino de Matemática**. São Paulo: Cortez, 1994.

DANTE, L. R. **Didática da Resolução de Problemas de Matemática**. São Paulo: Ática, 1999.

FONSECA, S. **Metodologia do ensino Matemático**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1997.

**Disciplina: Currículo da Educação Infantil**

**Ementa:**

O Currículo como construção do conhecimento para a Educação Infantil. Concepções pedagógicas, planejamento e o processo metodológico da organização curricular da Educação Infantil.

**Bibliografia Básica:**

DEVRIES, R.; ZAN, B.; HILDEBRANDT, C.; EDMIASTON, R.; SALES, C. **O currículo construtivista na educação infantil: práticas e atividades**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

HERNANDEZ, F. E VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

OLIVEIRA, Z. de M. et al. **Creches: crianças, faz de conta e cia**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

**Bibliografia Complementar:**

DEHEINZELIN, M. A. **A fome com a vontade de comer: proposta curricular de educação infantil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DIAS, F. R. T. de S. **Currículo na Educação Infantil**. São Paulo: Scipione, 2008.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2009.

RUSSO, M. de F.; VIAN, M. I. A. **Alfabetização: um processo em construção**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

**Disciplina: Jogos e Brincadeiras**

**Ementa:**

Fundamentos, pressupostos, princípios básicos e função do lúdico na Educação Infantil. Discute os principais conceitos/teorias sobre brincadeira e jogo como elemento formativo e sua relação com o desenvolvimento infantil em diversos contextos culturais. Análise do lugar do corpo, movimento e brincadeira no currículo da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

**Bibliografia Básica:**

KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis: o jogo a criança e a educação**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRIEDMANN, A. **O desenvolvimento da criança através do brincar**. São Paulo: Moderna, 2006.

MIRANDA, N. **200 jogos infantis**. 14. ed. Belo Horizonte: Itatitaia, 2002.

**Bibliografia Complementar:**

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

\_\_\_\_\_. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FONSECA, V. da. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese**. 3.ed. Rio de Janeiro: Waked, 2009

SABINI, M. A. C.; LUCENA, R. F de. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil**. São Paulo: Papyrus, 2015.

SANTOS, S. M. P. (Org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

**Disciplina: Estágio Supervisionado I – Educação Infantil**

**Ementa:**

Diagnóstico da realidade escolar na educação infantil em creches e escolas de ensino regular. Pesquisa e reflexão sobre a realidade escolar desta faixa etária para estabelecimento de condições de intervenção no processo de aprendizagem. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto da educação infantil para vivência de experiências didático-pedagógicas que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação e participação. Planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem na educação infantil.

**Bibliografia Básica:**

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 18. ed. Vozes: Petrópolis, 2008.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Creches: crianças, faz de conta e cia**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

**Bibliografia Complementar:**

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação infantil: muitos olhares**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas: Papyrus, 2000.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

**6º PERÍODO**

**Disciplina: Conteúdo e Metodologia de História**

**Ementa:**

O ensino de História. A produção do conhecimento histórico nos iniciais do ensino fundamental - da reprodução à produção do conhecimento histórico. Tendências da historiografia na atualidade. A elaboração e compreensão dos conceitos históricos: o sujeito histórico, o tempo, o processo histórico. Memória e os documentos. A pesquisa nos primeiros anos de ensino. A formação do povo brasileiro. A lei 10.639/03 o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Transformações e permanências nas relações cotidianas: vivências, trabalho, cultura, política, economia, sociedade, cidadania.

BRASIL, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPPIR, 2005.

CARR, E. H. **Que é história ?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PENTEADO, H. L. **Metodologia do ensino de história e geografia.** São Paulo: Cortez, 1992. 187p.

SCHMIDT, M. A. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.

URBAN, A. C. et al. **Aprender e ensinar história nas series iniciais do ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

CITRON, S. **Ensinar a história hoje: a memória perdida e reencontrada.** Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

NUNES, S. do C. **Concepções de mundo no ensino da história.** São Paulo: Papyrus, 1996.

PINSKI, J. et al. **O ensino da história e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SCHMIDT, M. A. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.

**Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Língua Portuguesa II**

**Ementa:**

Estudo linguístico-gramatical: morfologia, sintaxe e pontuação. Metodologias aplicadas ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Recursos didáticos e instrumentos de avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa. Prática de leitura e produção escrita.

**Bibliografia Básica:**

KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MESQUITA, R. M. **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 2014.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação.** 20. Ed. São Paulo: Ática, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

GARCIA, O. M. **Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

NASPOLINI, A. T. **Didática de Português: tijolo por tijolo: leitura e produção escrita.** São Paulo: FTD, 1996.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. **Para entender o texto: leitura e redação.** 20. ed. São Paulo: Ática, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

**Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Matemática II**

**Ementa:**

A construção do conhecimento matemático. Espaço e formas. Grandezas e medidas. Tratamento da informação (porcentagens, possibilidades e noções de estatística). Avaliação em Matemática. Análise e utilização de livros didáticos e paradidáticos. Projetos interdisciplinares. Tendências atuais para o ensino de Matemática para pessoas com necessidades educativas especiais: pressupostos teóricos, procedimentos e técnicas.

**Bibliografia Básica:**

CARAÇA, B. de J. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989.

CARVALHO, D. L. de . **Metodologia do Ensino da Matemática**. São Paulo: Cortez. 2013.

FERREIRA, V. L. **Metodologia do Ensino de Matemática**. História, Currículo e Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática de 1ª a 4ª**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOYER, C. B. **História da Matemática**. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1996.

DANTE, L. R. **Didática da Matemática na Pré-Escola**. São Paulo: Ática, 1996.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 1996.

FONSECA, S. **Metodologia do ensino Matemático**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1997.

**Disciplina: LIBRAS**

**Ementa:**

Aspectos históricos da Educação dos Surdos. As políticas de inclusão educacional. Legislação e Surdez. A comunidade surda: cultura, linguística e sociedade. Educação dos surdos e família: os pais ouvintes e os pais surdos. Postura do professor em relação ao aluno surdo: relacionamento, expressão corporal e facial. Linguagem escrita e oral do surdo. Educação dos surdos e novas tecnologias: vídeo, videoconferência, internet, software, linguagem visual.

**Bibliografia Básica:**

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico trilingue: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: EDUSP, 2009. V. I e II.

HONORA, M. et al. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

SACKS, O. W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO de Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC, 1997. V. 3.

FONSECA, V. R. J. R. M. (Org). **Surdez e deficiência auditiva: a trajetória da infância à idade adulta**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

QUADROS, R. M. de. **O Tradutor intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SOARES, M. A. L. **A Educação dos Surdos no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

**Disciplina: Estágio Supervisionado II – Ensino Fundamental**

**Ementa:**

A organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As modalidades organizativas do cotidiano escolar em consonância com o modelo de educação inclusiva atual: planejamento e etapas de execução. O processo de ensino como intervenção produtiva no processo de aprendizagem. Reflexão sobre as estratégias didáticas como um dos pilares constitutivos da prática pedagógica.

**Bibliografia Básica:**

BIANCHI, A. C. de M. **Orientação para estágio em licenciatura**. São Paulo: Thomson, 2013.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G. <b>Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática.</b> São Paulo: Cortez, 2012.
<b>Bibliografia Complementar:</b> ALVES, N. (org.). <b>Formação de professores: pensar e fazer.</b> São Paulo: Cortez, 2001. ALVES, N. (org.). <b>A invenção da escola a cada dia.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2000. BONTEMPO, L. <b>Alfabetização com sucesso.</b> Contagem: Oficina Editorial, 2003. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. <b>Estágio e Docência.</b> São Paulo: Cortez, 2004. dos. Bem-vindo <b>a escola: a inclusão nas vozes do cotidiano.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
<b>7º PERÍODO</b>
<b>Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Ciências I</b>
<b>Ementa:</b> Relações entre conhecimentos científicos e cotidianos. Fundamentação teórica, prática e metodológica para o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências Naturais a serem trabalhados na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
<b>Bibliografia Básica:</b> BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental – <b>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais.</b> Brasília: MEC, 1997. CARVALHO, A. M. P. de (org.). <b>Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática.</b> São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. DELIZOICOV, Demétrio. <b>Metodologia do ensino de ciências.</b> São Paulo: Cortez, 2000.
<b>Bibliografia Complementar:</b> BIZZO, Nélio. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> 1ª edição. São Paulo: Biruta. 2009. CARVALHO, Anna Maria Pereira de, et al. <i>Ciência no ensino fundamental o conhecimento físico.</i> São Paulo: Scipione, 1998. 199p. SADAVA, D. et al. <i>VIDA: a ciência da biologia.</i> 8.ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. 1432p. 3v. <a href="http://www.crveducacao.mg.gov.br">www.crveducacao.mg.gov.br</a> (Centro de Referência Virtual do Professor) <a href="http://www.fc.unesp.br/pos/revista">www.fc.unesp.br/pos/revista</a> (Revista Ciência e Educação) <a href="http://www.ciencia.org.br">www.ciencia.org.br</a> (SBPC, Ciência Hoje na Escola). <a href="http://www.cdcc.sc.usp.br">www.cdcc.sc.usp.br</a> (Experimentoteca da USP de São Carlos)
<b>Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Geografia</b>
<b>Ementa:</b> O ensino da Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O papel da ciência geográfica como interlocutora da compreensão das categorias geográficas. Alfabetização Cartográfica na Educação Fundamental. A apropriação do espaço geográfico pelo homem, verificando-o como o sítio dos acontecimentos humanos. O território como espaço do simbólico, das representações, cultura, economia, política e consumo.
BRASIL. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais.</b> Brasília: MEC/SEF, 1997. CASTRO, I; GOMES, P; CORRÊA, R (org). <b>Geografia conceitos e temas.</b> 13º ed. RJ: Bertrand Brasil, 2010. DUPAS, Heloisa Penteado. <b>Metodologia de Ensino de História e Geografia.</b> São Paulo: Cortez, 1992. STRAFORINI, Rafael. <b>Ensinar Geografia: O desafio da totalidade – mundo nas séries iniciais.</b> São Paulo: Annablume, 2004.
<b>Bibliografia Complementar:</b> ALMEIDA, R D. de. <b>Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola.</b> São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, I; GOMES, P; CORRÊA, R (org). **Geografia conceitos e temas**. 13° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO GIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualidades no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FARIA, M. A. de O. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, W. C. (org) **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

#### **Disciplina: Educação de Jovens e Adultos**

##### **Ementa:**

Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. A EJA e os Movimentos Populares. Pressupostos teóricos e metodológicos da educação de jovens e adultos. O desenvolvimento da aprendizagem de jovens e adultos. A Pedagogia Freiriana. Alfabetização e letramento na EJA.

##### **Bibliografia Básica:**

FREIRE, P. et al. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MENDONÇA, O. S. **Alfabetização: método sociolinguístico, consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, M. L. **Construção do letramento na educação de jovens e adultos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

##### **Bibliografia Complementar:**

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Petrópolis, Vozes, 2010.

#### **Disciplina: Pesquisa Educacional I**

##### **Ementa:**

Projetos de pesquisa: estrutura, elaboração e execução. Análise dos dados de pesquisa. Diferenças entre a estrutura de trabalhos científicos: Artigo, Monografia, Dissertação e Tese. A finalidade de um artigo científico.

##### **Bibliografia Básica:**

CERVO, A. L. et al. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

##### **Bibliografia Complementar:**

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisas em ciências: análise quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDONÇA, A. F. de. **Metodologia científica: guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Goiânia: ALFA, 2003.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos de cursos de graduação e pós-graduação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortex, 2014.

### **Disciplina: Estágio Supervisionado III – Educação de Jovens e Adultos**

#### **Ementa:**

Trajетórias de formação e de escolarização da EJA. Contextualização histórica, econômica e sócio-cultural dos sujeitos da EJA; Observação, participação no planejamento, docência e avaliação do processo ensino e aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Formação e compromisso do professor de jovens e adultos.

#### **Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, M. I. de; PIMENTA, S. G. (orgs). **Estágios Supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.  
BRASIL. Ministério da Educação. **A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem**. Brasília – DF: Ministério da Educação, 2006.  
FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

#### **Bibliografia Complementar:**

BIANCHI, A. C. de M. **Orientação para estágio na licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.  
BRASIL/MEC. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**. Brasília; MEC, 2002  
BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.  
FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer- Teoria e Prática em Educação Popular**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.  
SILVA, N. R. G. **Estágio Supervisionado em Pedagogia– teoria e prática**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2014.

## **8º PERÍODO**

### **Disciplina: Conteúdo e Metodologia de Ciências II**

#### **Ementa:**

Noções de ecologia geral; ecossistemas, ciclos biogeoquímicos, relações entre os seres vivos. Educação ambiental: o compromisso da escola em relação ao meio ambiente; princípios e fundamentos da Educação Ambiental (EA). Histórico, objetivos, diretrizes e práticas da EA. O papel social do pedagogo na mudança de valores para a preservação do ambiente, na organização de projetos, roteiros, reflexões e atividades de EA voltados à comunidade, em ação educativa. A percepção e análise da realidade ambiental Sustentabilidade e a EA.

#### **Bibliografia Básica:**

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus. 2001.  
DIAS, G.F. **Educação ambiental**. Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.  
SADAVA, D. et al. **VIDA: a ciência da biologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. 3v.

#### **Bibliografia Complementar:**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília: MEC, 1997.  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004.  
PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.  
REIGOTA, M. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TOZONI-REIS, M. F. de. **Educação ambiental:**natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.

### **Disciplina: Diversidade e Cultura**

#### **Ementa:**

Cultura e Natureza. Cultura e sociedade. Cultura e diversidade. Indivíduo, identidade e construção social da subjetividade. Relações entre Direitos Humanos e Sociedade. Relações étnico-raciais, constituição identitária. Cultura, Educação, Sociedade, Direitos Humanos, Intersubjetividade.

#### **Bibliografia Básica:**

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008.

#### **Bibliografia Complementar:**

BOSI, A. **A origem da palavra cultura**. Liter&Art Brasil, 24.11. 2008. Disponível em: [panduguiha.wordpress.com/.../alfredo-bosi-a-origem-da-palavra-cultura/](http://panduguiha.wordpress.com/.../alfredo-bosi-a-origem-da-palavra-cultura/). Acesso em: 8 de abril de 2014.

BRANT, L.. Dimensões e perspectivas da diversidade cultural no Brasil. In:\_\_\_\_\_. (Org.).

**Diversidade cultural:** globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005. p. 21-56.

CASTIANO, J. P. **Referenciais da Filosofia Africana:** Em busca da intersubjectivação. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira. 2000.

COPPETE, M. C. Educação para a Diversidade numa perspectiva intercultural. In: **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano-15 - n. 28 vol. 01 - jan./jun. 2012.**

OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (Orgs.). **Processos educativos em práticas sociais:** pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

### **Disciplina: Gestão e Organização dos Espaços Escolares e não Escolares**

#### **Ementa:**

Administração: conceitos e princípios. Teorias de administração/gestão democrática. A escola como núcleo de gestão. A dimensão ética do fazer educacional. O papel do administrador escolar frente aos desafios do cotidiano escolar. A gestão democrática como mediadora da qualidade de educação. Gestão participativa. O gestor e o Projeto Político Pedagógico da Escola. Embasamento teórico e prático sobre instalação e legalização de escolas de educação básica. Consultoria Educacional.

#### **Bibliografia Básica:**

LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Cuiabá: Alternativa, 2015.

NEY, A. **Política educacional** – organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Walk, 2008.

#### **Bibliografia Complementar:**

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas: Papyrus, 2003.

LUCK, H. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, J. P. **Gestão Educacional** – numa abordagem crítica do processo administrativo em educação. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

PIMENTA, S. G. **Pedagogia, Ciência da Educação?**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PREEDY, M. et al. **Gestão em Educação – Estratégia, Qualidade e Recursos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
VEIGA, I. V. P. (org). **Projeto Político pedagógico: uma construção possível**. 13 ed. São Paulo: Papirus, 2001.

#### **Disciplina: Pesquisa Educacional II**

##### **Ementa:**

Elaboração do projeto de pesquisa. A estrutura do projeto. Levantamento das fontes e documentos. Construção e análise dos dados. Aspectos técnicos da redação dos resultados da pesquisa.

##### **Bibliografia Básica:**

CERVO, A. L. et al. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.  
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

##### **Bibliografia Complementar:**

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisas em ciências: análise quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.  
FRANÇA, J. L. et al. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.  
LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.  
MENDONÇA, A. F. de. **Metodologia científica: guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Goiânia: ALFA, 2003.  
RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos de cursos de graduação e pós-graduação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2015.  
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortex, 2014.

#### **Disciplina: Estágio Supervisionado IV – Gestão Escolar**

##### **Ementa:**

O gestor escolar na área administrativa e pedagógica da escola. O Projeto Político Pedagógico da escola como norteador das ações administrativas e pedagógicas da escola. A liderança na escola e as práticas democráticas de gestão. Planejar e executar e avaliar reuniões de acordo com as necessidades da escola. Liderança democrática e planejamento participativo como fio condutor das ações.

##### **Bibliografia Básica:**

LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.  
MARTINS, J. P. **Gestão Educacional – numa abordagem crítica do processo administrativo em educação**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.  
PREEDY, M. (et al). **Gestão em Educação – Estratégia, Qualidade e Recursos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
VEIGA, I. V. P. (org). **Projeto Político pedagógico: uma construção possível**. 13 ed. São Paulo: Papirus, 2001.

##### **Bibliografia Complementar:**

BOCCIA, M. B.; DABUL, M. R.; LACERDA, S. da C. (orgs). **Gestão Escolar em destaque**. Junduaí: Paco Editorial, 2013.  
LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.  
LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Cuiabá: Alternativa, 2015.

NEY, A. **Política educacional** – organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

PINTO, U. de A. **Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

## OPTATIVAS

### **Disciplina: Educação do Campo**

#### **Ementa:**

Fundamentos político-pedagógicos, conceituais e sócio-econômicos e culturais da Educação do Campo. Questões pedagógicas: escola do campo, pedagogia da alternância, interdisciplinaridade e formação por áreas de conhecimento, experiência dos movimentos sociais na formação de educadores, educação e trabalho.

#### **Bibliografia Básica:**

POLI, O. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Ed. Argos, 2008.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**. Para uma nova Cultura. São Paulo: Cortez, 2006.

CALDART, R. S., PALUDO, C., DOLL, J. (orgs). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: Ed. PRONERA/NEAD, 2006.

#### **Bibliografia Complementar:**

BRANDÃO, C. (org). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, J. M. de. **Pontos e Bordados**: escritos de História e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

SANTOS, C. A. (org). **Educação do Campo**: Campo, Políticas Públicas - Educação. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

### **Disciplina: Educação e Escola de Tempo Integral**

**Ementa:** Conceitos. Educação em Tempo integral x Escola em Tempo integral. Acompanhamento pedagógico. Reorganização curricular. Atividades de educação integral.

#### **Bibliografia Básica:**

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre a Educação Integral e a Escola de Tempo Integral. In “**Cadernos Cenpec**” n.º 2 – **Educação Integral** – 2º semestre 2006. Disponível em <http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao>. Acesso em 27 de maio de 2016. [www.nexusassessoria.com.br](http://www.nexusassessoria.com.br)

MOTA, S. M. C. **Escola de tempo Integral**: da concepção a prática. VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente. UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

#### **Bibliografia Complementar:**

ALVES, J. D. M. Escola de Tempo Integral. Uma reflexão sobre suas contribuições e seus desafios, considerando a diversidade e a inclusão. **Revista eletrônica do curso de Pedagogia**. Campus Jataí – UFG, v.2, n.11, 2011. ISSN 1807-9342

BRASIL. Lei 13.005 de 26 de junho de 2014 . Plano Nacional de Educação 2011 – 2020

DEFAVERI, R. C. C. A escola de tempo integral no estado de São Paulo. Um estudo de caso a partir do olhar dos profissionais das oficinas curriculares. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas, 2013. Disponível em

[http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/ComEspEdu\\_integral\\_2013/Bibliografia](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ComEspEdu_integral_2013/Bibliografia) . Acesso em 08/09/2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa: o Aluno de Tempo Integral.

SOARES, T. M. et al. **Escola de Tempo Integral**: resultados do projeto na proficiência dos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede estadual de Minas Gerais. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 111-130, jan./mar. 2014.

#### **Disciplina: Estatística Aplicada à Educação**

##### **Ementa:**

Conceitos básicos. Noções de Estatística Descritiva. Noções de Inferência Estatística: estimação e Teste de Hipótese. Medidas estatísticas. Descrição de dados amostrais: tabelas, gráficos, medidas de posição e variabilidade. Medidas de dispersão. Indicadores Educacionais. Probabilidade e distribuições de probabilidade. Amostragem. Distribuições amostrais. Correlação. Métodos estatísticos aplicados a produção de informações educacionais.

##### **Bibliografia Básica:**

BARBOSA, M. G. **Estatística Aplicada à Educação**. Editora: UEMA.  
BUSSAB, W.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 5. ed. Editora: Saraiva. 2004.  
LIMA, A. C. P.; MAGALHÃES, M. N. **Noções de Probabilidade e Estatística**. 6. ed. Editora: EDUSP. 2005.

##### **Bibliografia Complementar:**

BOLFARINI, H.; BUSSAB, W.; MORETTIN, P. A. **Elementos de Amostragem**. Editora: Edgard Blucher. 2005.  
COSTA, S. F. **Introdução Ilustrada à Estatística**. 4. ed. Editora: Harbra. 2005.  
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. 6. ed. Editora: Atlas. 1996.  
MEYER, P. L. **Probabilidade: Aplicações à Estatística**. 2. ed. Editora: LTC. 2000.  
TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 9. ed. Editora: LTC. 2005.

#### **Disciplina: Gestão Escolar**

##### **Ementa:**

A gestão democrática da Educação: os Sistemas de Ensino e os mecanismos de gestão – a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A constituição das equipes pedagógicas: a gestão participativa. A estrutura organizacional de uma escola. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar.

##### **Bibliografia Básica:**

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola - Teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2008.  
LUCK, H. **Gestão Educacional**. Série Cadernos de Gestão. Petrópolis: Vozes, 2006.  
LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis: Vozes, 2006.

##### **Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M (orgs.). **O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2005.  
LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de Gestão. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2006.  
LUCK, H. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis: Vozes, 2010.  
NÓVOA, A (org.). **As organizações escolares em análise**. Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.  
PLACCO, V. M.; ALMEIDA, L. (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola, 2008.

<b>Disciplina: Intervenção Pedagógica e Dificuldades de Aprendizagem</b>
<b>Ementa:</b> Desenvolvimento e aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem: estratégias de trabalho para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Intervenção pedagógica no âmbito escolar. Observação do desempenho escolar. Distúrbios de aprendizagem.
<b>Bibliografia Básica:</b> GARCIA, J. N. <b>Manual de dificuldades de aprendizagem:</b> linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed, 1998. SÁNCHEZ, J. N. G. <b>Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica.</b> Porto Alegre: Artmed, 2004. SISTO, F. F. <b>Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.</b> 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
<b>Bibliografia Complementar:</b> ABUD, M. J. M. <b>O ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização.</b> São Paulo: EPU, 1987. DRQUET, R. C. da R. <b>Distúrbios da aprendizagem.</b> São Paulo: Ática, 1990. MACEDO, L de. <b>Aprender com jogos e situações-problema.</b> Porto Alegre: Artmed, 2000.
<b>Disciplina: Introdução a Psicopedagogia</b>
<b>Ementa:</b> Fundamentos da Psicopedagogia na ação educativa a partir de uma perspectiva interdisciplinar analisando o caráter preventivo e/ou terapêutico das dificuldades de aprendizagem. A história da Psicopedagogia no Brasil e no mundo. A identidade do psicopedagogo, sua formação e atuação profissional, bem como seu papel na conjuntura política educacional no país, princípios éticos que regem a Psicopedagogia
<b>Bibliografia Básica:</b> BOSSA, N. <b>A Psicopedagogia no Brasil:</b> contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. NICASIO, J., SANCHEZ, M.; BONALS, J. e Col. <b>Avaliação Psicopedagógica.</b> Porto Alegre: ArtMed, 2007. NICASIO, J., SANCHEZ, G. <b>Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica.</b> Porto Alegre: ArtMed, 2007. SCOZ, B. J. L. <b>Psicopedagogia e a Realidade Escolar.</b> Petrópolis: Vozes, 2001.
<b>Bibliografia Complementar:</b> AZEVEDO, A. C. <b>Brinquedoteca:</b> no diagnóstico e Intervenção em Dificuldades Escolares. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2004. BARBOSA, L. M. S. A. <b>Psicopedagogia no Âmbito da Instituição Escolar.</b> Curitiba: Expoente, 2001. MONTIEL, J. <b>Atualização em Transtornos de Aprendizagem.</b> Porto Alegre: ArtMed, 2007. SALVADOR, M. F. <b>Como Prevenir as Dificuldades na Expressão Escrita.</b> Porto Alegre: ArtMed, 2003 SENNEY, A. L., CAPOVILLA, F. C., MONTIEL, J. M. <b>Transtornos de Aprendizagem da Avaliação à Realidade.</b> Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
<b>Disciplina: Literatura Infante Juvenil</b>
<b>Ementa:</b> Estudo da Literatura Infante-Juvenil considerando aspectos teóricos e práticos dessa forma de criação literária. Origem, conceito e evolução da literatura infante-juvenil. Gêneros literários: contos de fadas, narrativa, poesia e teatro.

**Bibliografia Básica:**

ARROYO, L. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.  
COELHO, N. N. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000.  
\_\_\_\_\_. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

**Bibliografia Complementar:**

CARVALHO, B. V. de. **A literatura infantil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1984.  
CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil; teoria & prática**. São Paulo: Ática, 1983.  
LAJOLO, M. **Usos e Abusos da Literatura na Escola**. Porto Alegre: Globo, 1982.  
MELO, J. **Entendimento e Ensino da Poesia**. Aveiro: Ed. Vuga, 1974.  
VON FRANZ, M. L. **A Interpretação dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

**Disciplina: Pedagogia Empresarial****Ementa:**

Pedagogia empresarial; práticas pedagógicas empresariais, processo educativo e ético nas organizações. Jogos e simulações empresariais, educação e treinamento. Ensino e educação com projetos nas empresas. Pedagogia e Marketing. Aprendizagem organizacional. Projetos.

**Bibliografia Básica:**

RIBEIRO, A. E. do A. **Pedagogia Empresarial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.  
TRINDADE, A. B. **Pedagogia Empresarial: Formas e Contextos de Atuação**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.  
VALENTE, J. A. **Aprendizagem na era das tecnologias digitais: conhecimento, trabalho na empresa**. São Paulo: Cortez, 2007.

**Bibliografia Complementar:**

FERREIRA, A. **Arte, tecnologia e educação: as relações com a criatividade**. São Paulo: Annablume, 2008.  
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.  
RIBEIRO, A. E. do A. **Pedagogia Empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. 6. ed., Rio de Janeiro: Wak, 2010.

**Disciplina: Pedagogia Social****Ementa:**

Levantamento das Instituições educativas não-formais, analisando a sua relevância no contexto da sociedade globalizante. Globalização e Identidade Social. Cultura Global e resistência cultural. As políticas sociais a nível nacional e local. ONGs e seu papel social. Os movimentos sociais. Problemas Sociais na sociedade Contemporânea.

**Bibliografia Básica:**

DE PAULO, A. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.  
SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A. (Orgs.) *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO. 2009.  
STRECK, D. **Educação Para um novo Contrato Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes. 2002.  
CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.  
PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

## **Disciplina: Política e Gestão da Educação**

### **Ementa:**

Estudo do sistema educacional brasileiro, nos aspectos organizacionais, políticos e de gestão da Educação Básica. A escola como núcleo de gestão. A dimensão ética do fazer educacional. O papel do administrador escolar frente aos desafios do cotidiano escolar. A gestão democrática como mediadora da qualidade de educação Gestão Participativa. O gestor e o Projeto Político Pedagógico da Escola.

### **Bibliografia Básica:**

LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Cuiabá: Alternativa, 2007.

NEY, A. **Política educacional** – organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Walk, 2008.

### **Bibliografia Complementar:**

LUCK, H. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, J. do P. **Gestão Educacional**- uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. Rio de Janeiro: Walk, 2007.

VEIGA, I. V. P. (org). **Projeto Político pedagógico**: uma construção possível. 13 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

## **5. METODOLOGIA DE ENSINO**

Os fundamentos e os aspectos metodológicos para a dinâmica de formação profissional almejados nessa proposta curricular seguem as orientações gerais das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Parecer CNE/CP 5/2005 e Resolução CNE/CP nº1 / 15/05/2006) e Resolução nº 2, de 1º. de julho de 2015 para os cursos de licenciatura.

As aulas presenciais serão elaboradas de forma a atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes, levando-se em consideração uma didática da autonomia, histórico-crítica que seja capaz de fornecer indícios de busca de aprimoramento constante para o exercício do magistério. As disciplinas serão estudadas levando-se em conta a proposta dos núcleos de estudo, com a realização de seminários, apresentação de trabalhos, palestras, mini-cursos e ainda complementadas por meio de oficinas realizadas na brinquedoteca e na sala de música como fechamento da práxis pedagógica.

De acordo com a legislação vigente permite-se a realização de disciplinas na modalidade semipresencial, com até 20% da carga horária do curso, constituindo-se em atividade importante no desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação como forma de colocar os estudantes em contato com aprendizagem dessa modalidade de ensino.

## **6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DISCENTE**

A avaliação dos discentes de uma universidade é realizada nos seguintes patamares: Avaliação externa do ensino superior pelo SINAES (Lei 18.861 – 14-04 -2004) que compreende a Avaliação da IES, dos cursos e o ENADE.

Avaliações internas decorrentes do ensino que ocorre durante o período letivo. A instituição busca aprimorar sua qualidade visando alcançar índices elevados em relação à sua missão institucional. Dessa forma a avaliação dos discentes é tema constante de estudo e discussão nas reuniões dos professores, porque enquanto determinada na lei dá um sentido de terminalidade e facilidade de sua utilização. No entanto vivenciar uma avaliação a serviço da aprendizagem representa para professores e alunos uma constante discussão e reelaboração de seus objetivos do ponto de vista docente, quanto discente. Ao verificar autores tais como Luckesi (2011), Sant’Anna (2014), De Sordi (2001), Villas Boas (2007), Wachovicz (2000) dentre outros a preocupação é orientar como conduzir um bom ensino e conseqüentemente uma avaliação que justifique de maneira autêntica a aprendizagem dos discentes. Dessa forma os professores imbuídos de uma prática democrática de ensino e avaliação têm como prática pedagógica vivenciar uma avaliação diagnóstica, seguida de avaliação formativa e finalmente somativa.

Para esta última a avaliação de desempenho dos discentes é feita pelos professores que seguem as determinações do Regimento Geral da UEMG pautadas nos artigos 34 a 37 que tratam da Avaliação do Rendimento Escolar.

## **7. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE**

Ciente de seu papel social, a UEMG reafirma seu compromisso com pleno direito de acesso e permanência do estudante ao ensino superior e, por meio das Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão, planeja ações que visam à estruturação de uma política de assistência ao estudante.

Aprovado pelo Conselho Universitário – CONUN, Resolução N° 201/2010, o NAE busca atender à Comunidade Estudantil contribuindo para sua integração psicossocial, acadêmica e profissional. Além disso, desenvolve mecanismos que possibilitam a interlocução dos egressos com a Universidade.

O atendimento aos acadêmicos da Unidade de Ituiutaba, é realizado pelos setores acadêmicos:

- pedagógicos, pelo Coordenador do Curso e professores;
- administrativos, pelas Secretarias, Geral e do Bloco onde funciona o Curso;
- formação para a docência e estágios supervisionados curricular e extracurricular, pela Coordenação do curso;
- psicológicos, pelo Núcleo de Estudos e Aplicação em Psicologia – NEAP e na área dos direitos dos estudantes, pelo núcleo de Prática Jurídica.

## **8. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Em 2010 foi criado do Núcleo Docente Estruturante (NDE), (Resolução no. 1 de 17 de junho de 2010) órgão encarregado de ter a responsabilidade de estar em constante observância sobre a execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as modificações nele introduzidas. A partir desta data o NDE tem realizado estudos sobre o andamento do PPP no curso, bem como introduzir mudanças para atender os anseios acadêmicos e as Diretrizes Nacionais do curso que foram modificadas e ampliadas pela nova Resolução no. 2, de 1º. De julho de 2015. Foi discutida e aprovada a introdução do regime semestral com entrada anual. Para a implantação do regime semestral uma série de discussões foram desencadeadas para fazer uma distribuição equitativa das disciplinas em ordem crescente de conhecimento tendo como ponto de referência o alunado no sentido de proporcionar-lhes uma melhor maneira de compreender o espaço acadêmico como lugar de conhecer, apreender e interpretar as tendências educacionais atuais.

No momento da reelaboração deste projeto, o NDE passou por reestruturação para atender a Resolução nº 162/2016 do COEPE.

Em anexo: Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.

## **9. COLEGIADO DE CURSO**

O colegiado do curso de Pedagogia da unidade de Ituiutaba funciona desde a criação do curso em 1970 e seu regimento foi criado em 2003. Atualmente suas normas de funcionamento estão previstas em regimento próprio, observando-se o Estatuto e o Regimento da UEMG.

Em anexo: Regulamento do Colegiado de Curso.

### **9.1 Corpo Docente**

O corpo docente se constitui de docentes selecionados em concurso conforme prevê a legislação aplicável visando atender os padrões de qualidade da educação superior no estado e de órgãos reguladores que incidem sobre a matéria. A este corpo docente compete as atividades acadêmicas e administrativas do curso, portanto caberá ao quadro docente as atribuições necessárias a efetivar o projeto pedagógico proposto. O perfil de distribuição de carga horária considera:

- Docente (40h) em atividade acadêmica e atividade de gestão com 08 aulas semanais + gestão.
- Docente (40h) em atividade acadêmica e com atividade em pesquisa e extensão com 12 aulas + pesquisa/extensão.
- Docente (20h) em atividade acadêmica com 12 aulas.

## **10. INFRAESTRUTURA**

### **10.1 Salas de aula utilizadas pelo curso**

A instituição possui 94 salas de aula distribuídas em 04 prédios, sendo 40 salas no Bloco C, 24 salas no Bloco B, 18 salas no Bloco A e 12 no Bloco D. As salas de aula são moduladas com boa ventilação e iluminação adequadas.

Todos os prédios são equipados com sala de professores, salas das coordenações de cursos, sanitários, depósitos, salas para auditório e saguão.

Para o Curso de Pedagogia estão disponíveis no período noturno e diurno, no Bloco C. Esse Bloco conta com rampas para acesso de pessoas com necessidades especiais, bem como banheiros adaptados a essa clientela.

A Coordenação do Curso está instalada na Ala 03 do Bloco C, sala 06.

Os blocos onde estão localizadas as salas estão passando por reformas o que pode acarretar modificações. Todas as salas de aula estão equipadas com projetor e tela.

### **10.2 Auditórios**

A Instituição conta com três (03) auditórios localizados nos blocos A, B, e C. com capacidade para 120 pessoas, cada: Auditório Felix Romeo Braun, no Bloco A; auditórios dos Blocos B e C. Esses auditórios estão equipados com ar condicionado e aparelhagem multimídia: projetor e tela, microfones. Um quarto auditório com capacidade para 49 pessoas assentadas está localizado na biblioteca.

## 10.3 Biblioteca

### 10.3.1 Condições atuais

A Biblioteca Vânia Morais Jacob da Fundação Educacional de Ituiutaba é ampla, climatizada e iluminada, dispõe de um espaço físico de mil cento e setenta e três metros quadrados (1.173m<sup>2</sup>) e infra-estrutura composta de:

- Área de acervo com espaço para estudo em grupo e individual;
- Área para periódicos;
- Um auditório com capacidade para abrigar quarenta e nove pessoas, com finalidade para projeção de vídeos, realização de seminários, conferências e palestras;
- Área completa para o Processamento Técnico;
- Sala para pequenos reparos em livros;
- Salão para eventos.

Conta atualmente com um acervo de:

<b>Tipo de material</b>	<b>Quantidade de materiais</b>	<b>Exemplares</b>
<b>CD-ROM</b>	547	1133
<b>Dicionários/Enciclopédias</b>	1115	1437
<b>Disco Vídeo</b>	72	101
<b>Disquetes</b>	7	17
<b>Dissertação</b>	231	250
<b>Fascículos de periódicos</b>	2210	26271
<b>Fita cassete</b>	1	2
<b>Fitas de vídeo</b>	446	463
<b>Livros</b>	28567	54591
<b>Monografias</b>	395	621
<b>Normas Técnicas</b>	1163	1181
<b>Relatórios</b>	1	1
<b>Tese</b>	51	63
<b>Trabalhos Acadêmicos</b>	1698	1725
<b>Total de títulos</b>	<b>36509</b>	
<b>Total de exemplares</b>		<b>87883</b>

### 10.3.2 Política e facilidade de acesso ao material bibliográfico

- Com a finalidade de prestar um atendimento de qualidade ao usuário, adotou-se o horário de funcionamento das 7h30min às 11h30min, das 12h30min. às 22h de segunda a sexta-feira e aos sábados das 8h às 12h.
- A Biblioteca realiza o sistema de empréstimo domiciliar, somente para alunos, professores e funcionários a ela associados. A comunidade é atendida “in loco”.
- A Biblioteca funciona atualmente com um acervo aberto e on-line devendo o usuário se dirigir aos terminais de consulta para que seja feita a pesquisa, afim de verificar que materiais bibliográficos o acervo pode oferecer, o sistema informa, também ao usuário a disponibilidade do material na biblioteca. Por meio do site o usuário realiza pesquisas e renova material.

### **Tempo de empréstimo**

Aluno: 07 dias

Professor: 15 dias

### **Quantidade de livros**

Aluno: 04 livros

Professor: 07 livros

A Biblioteca mantém um serviço de reserva de exemplares mais solicitados. O controle é feito pelo sistema de empréstimo (INFOEMP), permitindo ao usuário a posse do material reservado por três dias. O prazo para retirada do exemplar reservado é de vinte e quatro horas. Findo esse prazo, o direito de reserva passa, automaticamente, para o próximo da lista.

### **Empréstimo especial (sala de aula e noturno)**

Excepcionalmente, alguns materiais/consulta poderão ser usados fora da biblioteca por um período de até 2 (duas) horas.

As obras de consulta poderão ser emprestadas na véspera de feriados e de recessos acadêmicos e nos finais de expediente uma hora antes do fechamento do setor, devendo ser devolvidas até uma hora, após o início do expediente do primeiro dia útil subsequente.

### **Organização**

A Classificação é feita pela CDD (Classificação Decimal de Dewey) e catalogação em Banco de Dados WinIsis

Descrição do WinIsis e INFOISIS:

É um software para gerenciamento de bases de dados estruturadas e não numéricas. Suas principais funções:

- Inserir novos registros na base de dados;
- Modificar, corrigir, excluir ou eliminar registros já existentes;
- Criar, manter automaticamente arquivos de acesso rápido para cada base de dados, de forma a maximizar a velocidade de recuperação;
- Permitir a pesquisa à base de dados a partir de um determinado conteúdo, através de umalinguagem de busca sofisticada;
- Emitir relatórios para atender às necessidades de cada curso;
- Exibir os registros ou parte dos mesmos, de acordo com as necessidades do usuário.

### **Serviços e instalação**

Empréstimo Domiciliar

0.Pesquisa direcionada

1.Levantamento bibliográfico

2.Renovação por telefone

3.Renovação pela internet por meio do site.

4.Sessenta mesas para quatro pessoas

5.Cento e cinquenta e seis cadeiras

6.18 cabines individuais para estudo

7.08 salas de estudos em grupo.

8.10 computadores para acesso a internet

9.Acesso a base de dados Portal da CAPES

### **Política de atualização e expansão do acervo:**

O acervo deverá ser constituído de acordo com os recursos financeiros disponibilizados, contemplando os diversos tipos de materiais em seus variados suportes, visando o crescimento quantitativo e qualitativo.

Estes materiais deverão servir de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

O Acervo da biblioteca é adquirido através de compra, doação e/ou permuta.

É de responsabilidade do corpo docente a indicação e atualização bibliográfica de todo material informacional (livros, CD-ROM, DVD, periódicos, entre outros).

A política de Desenvolvimento da Coleção da Biblioteca sugere que será 01 (um) exemplar para cada 10 (dez) alunos, observando-se as turmas e disciplinas que utilizam o material, devendo os casos especiais ser estudados pela Biblioteca e Administração.

## **Penalidades**

### **Multas**

O usuário que não devolver o documento no prazo estabelecido ficará sujeito à multa estipulada de acordo com valor afixado na Biblioteca.

O pagamento da multa deverá ser para mediante pagamento da DAE preenchida no site da UEMG.

A multa será cobrada por unidade emprestada e por dia de atraso, exceto o material especial (sala de aula, noturno, reserva) a multa será por hora de atraso.

O usuário que possuir débitos provenientes de multa terá os serviços de empréstimos suspensos até que ocorra o pagamento da multa.

### **Perdas e danos**

Em caso de perda ou dano ao material, o usuário deverá restituir à biblioteca outro exemplar igual ou de edição mais atualizada. A reposição de edições esgotadas será feita por um ou mais títulos similares indicados pela biblioteca.

O usuário deverá comunicar imediatamente à biblioteca a perda do material, para paralisação da multa e início do processo de reposição.

### **Guarda Volumes**

A perda ou danificação das chaves do guarda volume acarretará pagamento a título de ressarcimento por perdas e danos.

### **Atos de indisciplina**

O usuário que não contribuir com a manutenção do silêncio, usar inadequadamente o espaço físico e equipamentos da biblioteca e/ou cometer outros atos de indisciplina (agressão ao funcionário, depredação do patrimônio e outros casos não previstos) nas dependências das bibliotecas, será advertido verbalmente pela coordenação, e será suspenso, conforme a gravidade, de todas as modalidades de empréstimo.

## **10.4 Laboratórios**

### **10.4.1 Laboratório de Informática**

Sala de EAD – Bloco C

Nesta sala estão disponibilizados 15 computadores para uso dos alunos,mas apenas 12 se encontram em funcionamento.

### **10.4.2 Laboratório de Prática Pedagógica**

O laboratório de Prática Pedagógica funciona na sala nº 06 do Bloco C. Está à disposição dos professores e alunos nos três períodos do dia, mas com ênfase no período noturno.

### **10.4.3 Brinquedoteca**

É o espaço destinado à confecção de brinquedos, abrigando também brinquedos, diversos e jogos para trabalhar com crianças quando são realizadas oficinas de confecção de brinquedos e jogos para as alunas utilizarem nos estágios. São confeccionados brinquedos de sucata destinados ao evento, Programa de Lazer e Cultura na Praça (PELC) que é um projeto de extensão do curso realizado com a participação de alunos e professores e em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba.A brinquedoteca funciona na sala nº 09/11 Ala 1, do Bloco C. É o espaço destinado a receber crianças das escolas onde foram realizados os estágios para participarem de oficinas que são realizadas no mês de outubro.

### **10.4.4 Sala de Música e Movimento**

É o espaço onde as alunas aprendem a trabalhar a música como elemento imprescindível para a aprendizagem das crianças.

A sala de música e movimento funciona na sala n.º 10/12, Ala 1, do Bloco C. Em frente á brinquedoteca. É composta de instrumentos musicais para crianças:banda rítmica, diversos instrumentos de percussão, teclado, etc.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei n. 9394/96 de 24 de dezembro de 1996.
- BREZINSKY, I. (ORG.) **LDB A interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 2 ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 1998
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba, bé bi, bo, bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- CASTANHO, S.; CASTANHO L. M. (orgs) **O que há de novo na Educação Superior**: do Projeto Pedagógico à Prática Transformadora. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.
- CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (orgs) **Ensinar a Ensinar** – Didática Para Escola Fundamental e Média. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- CHAUÍ, M. et al. **Primeira Filosofia**: aspectos da história da filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN**, Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio 2004.
- CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 8. ed. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2004.
- DAVIS, C. E.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S.(orgs.)**Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** – Sabres Necessários à Prática Educativa. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez 1991.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREITAS, H. C. L. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2002.
- GADOTTI, M.; ROMAO, E. J (org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico–Crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo, Atlas, 1994.
- GOMES, M. F. C. **Dificuldades de Aprendizagem na Alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HERNANDEZ F. E VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- HILSDORF, M. L. S. **A História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- KISHIMOTO, T. M. (ORG.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, S. P.; SOUZA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia? Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), São Paulo, v. 5, 2005. Disponível em: [http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_SelvaPLopes.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf). Acesso em: Jun. de 2012.

LOSS, A. S.; SARTORI, J.; PIEROZAN, S. S. H. **Estágio Supervisionado em Pedagogia –** Concepções e Práticas. Curitiba: Appris, 2015.

LUCKESI, C. (et al). **Fazer Universidade:** uma proposta metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, E. M. T. e LUCIANO, M. F.(orgs.) **500 anos de educação no Brasil.** São Paulo: Autêntica, 2000.

MINAS GERAIS. **Vademecum do profissional de Educação Básica,** 2005.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por que? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura Brasileira (1933-1974).** São Paulo: Ática, 1980.

MORAN, J. M. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2000.

NÓVOA, A. (org) **As organizações escolares em Análise.** 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1999.

OLIVEIRA, Z. M. (org) **Educação Infantil:** muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1994.

PARO, V. H. **Por dentro da Escola Pública.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, S. G. **De Professores, Pesquisa e Didática.** Campinas: Papirus, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G.(orgs.) **Estágios Supervisionados na formação Docente.** São Paulo: Cortez, 2014.

RIOS, T. A. **Ética e Competência.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SACRISTAN, J. G. **O Currículo-** reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita / CEALE.

SANT'ANNA, I. M. **Por que Avaliar? Como Avaliar?** Critérios e Instrumentos. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2000.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e Letramento.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e escrever.** Porto alegre: Artmed. 2003.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 10 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (orgs) **Formação de Professores –** Políticas e debates. Campinas: Papirus, 2002.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico.** 4 ed. Campinas: Papirus, 2007.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores:** idéias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

## **Anexos**

- 1 Regimento Colegiado
- 2 Regulamento Atividades Complementares
- 3 Regulamento Conjunta das Licenciaturas/Unidade Ituiutaba – Estágio
- 4 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso
- 5 Regulamento NDE

# REGIMENTO DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE ACORDO COM O ESTATUTO DA UEMG – UNIDADE ITUIUTABA

## Capítulo I

### Da Coordenação do Curso

**Art. 1º** O Colegiado é o órgão de administração da coordenação do curso de Pedagogia.

**Art. 2º** A Coordenação do Curso tem por finalidade a execução das atividades de ensino e extensão e a promoção da pesquisa.

## Seção I

### Da Constituição

**Art. 3º** O colegiado de curso é constituído:

I – por representantes dos Departamentos que participam do curso;

II – por representantes dos professores que atuam no curso, eleito por seus pares; e

III – por representantes dos estudantes matriculados no curso, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

§1º. Salvo disposição em contrário, os representantes terão mandato de dois anos, permitido o exercício de até dois mandatos consecutivos.

§2º. Juntamente com os representantes serão eleitos suplentes, com mandato vinculado, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos.

§3º. A composição do colegiado de cada curso de graduação será determinada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante proposta.

§4º. A composição da comissão coordenadora de curso de pós graduação *lato sensu* das Unidades será estabelecida nos normas gerais de pós graduação d universidade.

§5º. Cada colegiado de curso terá um coordenador e um subcoordenador, eleitos para mandato de dois anos, permitido o exercício de até dois mandatos consecutivos.

## Seção II

### Do Funcionamento

**Art. 4º** O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez ao mês, em data pré-estabelecida, e extraordinariamente, quando por convocação do Coordenador do Curso, por iniciativa própria, ou a requerimento de no mínimo 1/3 ( um terço) de seus membros.

**Art. 5º** O colegiado funcionará com a maioria absoluta de seus membros, e suas decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, excluídos os brancos e nulos, quando for o caso e ressalvados os casos expressos em normas específicas.

§1º - A convocação do Colegiado deverá ser feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) a não ser em caso de excepcional urgência.

§ 2º - O coordenador do curso poderá em casos excepcionais deliberar dentro de suas competências “ad referendum”, em caso de reconhecida urgência, caso não consiga “quórum” necessário, após convocação do colegiado dentro de 24 ( vinte e quatro) horas após a primeira convocação.

**Art. 6º** Toda votação que envolva o interesse direto de alguns dos membros do Colegiado deverá ser realizada em votação secreta.

Parágrafo único - Ao Coordenador do Curso de Pedagogia, caberá também, o voto de qualidade, em casos de empate e restrito à votação não secreta.

### **Seção III**

#### **Das Atribuições e do Funcionamento**

**Art. 7º** Compete ao colegiado do curso:

- I - orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- II – elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-reitora de Graduação
- III – fixar diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos;
- IV – elaborar o programa das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos;
- V- avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos;
- VI – recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes;
- VII – decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática;
- VIII– representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar;

### **Capítulo II**

#### **Seção I**

#### **Da Composição da Coordenação**

**Art. 8º** A Coordenação do Curso de Pedagogia é o órgão da administração e execução de todas as atividades concernentes ao curso, cabendo-lhe estabelecer medidas regulamentares, e compõe-se de:

- I – Coordenador do Curso
- II – Subcoordenador

§ 1º - O Coordenador e Subcoordenador do curso de Pedagogia são eleitos por maioria absoluta de votos pelo colegiado, em votação secreta, para um mandato de dois anos, renovável por mais um mandato, ressalvados os casos previstos no Regimento do Instituto. § 2º - Poderão candidatar-se aos cargos de Coordenador do Curso e Subcoordenador, professores lotados no Curso com a qualificação mínima de especialista e com mínimo de 3 anos de efetivo exercício no Instituto com disponibilidade para o cumprimento do regime de 40 horas semanais.

## **REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**Art. 1º** - As atividades acadêmico-científico-culturais visam o enriquecimento do processo formativo do licenciando para que obtenha um saber profissional, crítico e competente.

**Art. 2º** - As atividades acadêmico-científico-culturais são obrigatórias, terão carga horária global de 210 horas e 14 créditos, devendo ser cumpridas ao longo do curso, respeitando a carga horária de cada semestre.

**Art. 3º** - As atividades acadêmico-científico-culturais categorizam-se em quatro grupos:

- Atividades de ensino;
- Atividades de extensão;
- Atividades de pesquisa;
- Atividades culturais.

§ **único** – Os alunos, obrigatoriamente, deverão cumprir a carga horária das atividades complementares em pelo menos dois grupos acima indicados.

**Art. 4º** - **As atividades de ensino**, que podem **englobar até 60 horas** com direito a registro no histórico escolar, compõem-se de:

- Representação estudantil;
- Disciplina Facultativa;
- Mobilidade internacional;
- Mobilidade nacional;
- Curso de Língua Estrangeira;
- Curso de Informática;
- Curso de Formação Continuada para Professores;
- Monitoria em disciplinas de graduação.

**Art. 5º** - **As atividades de extensão**, que podem **englobar até 60 horas**, com direito a registro no histórico escolar, compõem-se de:

- Participação como ouvinte em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares;
- Participação como membro na comissão organizadora de eventos científicos;
- Participação em atividades de extensão desenvolvidas em forma de projetos.

**Art. 6º** - **As atividades de pesquisa**, que podem **englobar até 60 horas** com direito a registro no histórico escolar, incluem:

- Iniciação científica;
- Artigos publicados, resumos em anais, comunicação oral, comunicação coordenada e pôster em evento acadêmico-científico da Instituição;
- Atividades de pesquisa com e sem bolsa;

**Art. 7º** - **As atividades culturais**, em que há participação efetiva do aluno, seja como apresentador, ouvinte ou organizador, podem **englobar até 60 horas** com direito a registro no histórico escolar, incluem:

- Teatro;
- Recitais;
- Exposições artísticas – pintura, escultura, fotos, documentos;
- Filmes acompanhados de debates e relatórios finais;
- Lançamento de livros;

- Viagens de estudo;
- Feiras culturais.

**Art. 8º** - As atividades complementares acadêmico-científico-culturais serão analisadas pelo Coordenador do Curso, ao qual caberá:

- Designar uma comissão composta por todos os representantes do Colegiado e por ele presidida para analisar os documentos apresentados pelo aluno para comprovar a realização de cada atividade e considerá-lo suficiente;
- Rubricar o documento comprobatório e encaminhá-lo à Secretaria Geral, até o último dia de cada semestre letivo.

**Parágrafo único** – Os documentos comprobatórios serão arquivados na pasta do aluno.

**Art. 9º** - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**Art. 10º** - Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Pedagogia.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

**CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

<b>CÓDIGO</b>	<b>CATEGORIA DE ATIVIDADE</b>	<b>FORMA DE COMPROVAÇÃO</b>	<b>VALOR EM HORAS</b>
01	Representação estudantil (Colegiado da Graduação, Conselho do Instituto, Conselhos Superiores, Centro Acadêmico, DCE, UNE...).	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração ou término do mandato, emitidas pelo órgão colegiado competente.	10 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 20 horas para o total de atividades deste tipo.
02	Disciplina Facultativa, cursada com aproveitamento, na UEMG ou em outra Instituição de Ensino Superior, em curso devidamente reconhecido pelo MEC.	Histórico Escolar	10 horas por disciplina cursadas integralmente respeitando o teto de 20 horas.
03	Atividades de pesquisa com bolsa (UEMG, CNPq, FAPEMIG, PaPq...).	Documento que ateste o cumprimento das atividades previstas no projeto, emitido pela Coordenação de Pesquisa	20 horas por projetos respeitando a carga horária máxima de 40 hs.
04	Atividades de pesquisa sem bolsa (obs.: atividades de pesquisa sem bolsa que forem submetidas ao Colegiado de Curso)	Documento emitido pelo orientador da atividade, devidamente validado pelo Colegiado do Curso.	20 horas por projetos respeitando a carga horária máxima de 40 hs.
05	Atividades de extensão desenvolvidas em forma de projeto	Documento que ateste a participação do educando no projeto e seu desempenho, emitido pelo órgão proponente.	20 horas por projetos respeitando a carga horária máxima de 40 hs.
06	Atividades de monitoria em disciplinas de graduação.	Documento emitido pela coordenação do curso	15 horas por semestre de monitoria, respeitando o teto de 30 horas para o total de atividades deste tipo.
07	Participação, como ouvinte, em seminários, simpósios, congressos, colóquios, palestras, mesa redonda, semana pedagógica, conferências, encontros, workshop e outros.	Certificado de participação, emitido pela entidade promotora, constando a carga horária da atividade.	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 50 horas durante o curso.
08	Apresentação de comunicações ou <i>posters</i> e relatos de experiências em eventos	Certificado de apresentação emitido pela entidade promotora.	2 horas por comunicações e 01 hora para <i>Posters</i> , ou relatos de experiências apresentados,

	científicos (semanas acadêmicas, semanas de Pedagogia).		respeitando o teto de 20 horas para atividades deste tipo.
09	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia do material publicado.	05 horas por publicações em anais, respeitando o teto de 20 horas para atividades deste tipo.
10	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do material publicado.	01 hora por resumo publicado em anais, respeitando o teto de 30 horas para Atividades deste tipo.
11	Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial.	Cópia do material publicado.	10 horas por artigo publicado.
12	Publicação de artigos em periódicos de divulgação científica sem ISSN.	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico.	05 horas por artigo publicado.
13	Participação no desenvolvimento de material informacional panfletos (divulgação científica) ou didático (livros, CDRoms, vídeos, exposições...)	Cópia do material desenvolvido e certificado do coordenador ou organizador do projeto.	10 horas por material desenvolvido, respeitando o teto de 30 horas para atividades deste tipo.
14	Participação com monitoria na organização de eventos científicos.	Certificado de participação emitido pela UEMG ou entidade promotora.	02 horas por evento organizado, respeitando o teto de 10 horas para atividades deste tipo.
15	Produção na criação artística (vídeo, artes plásticas, literatura, artes performáticas, música, etc.).	Documento que ateste o cumprimento desta atividade emitido pela entidade promotora.	5 horas por produção, respeitando o teto de 15 horas para o total de atividades deste tipo.
16	Participação como ouvinte em atividades de caráter artístico ou cultural,	Certificado de participação, emitido pela entidade promotora e constando a carga horária da atividade.	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 10 horas durante o curso.
17	Atividades pedagógico-cultural (viagens e visitas orientadas a museus, arquivos, instituições educativas e outros)	Certificado da instituição promotora ou do coordenador do projeto ou do curso.	02 horas por atividade, respeitando o teto de 10 horas.
18	Mobilidade Internacional - intercâmbio entre instituições acadêmicas de ensino superior;	Documento que ateste o cumprimento desta atividade emitido pela coordenação do curso da instituição receptora e convalidação da instituição de origem;	30 horas por participação com o teto máximo de 30 horas.

19	Mobilidade Nacional - intercâmbio entre instituições acadêmicas de ensino superior;	Documento que ateste o cumprimento desta atividade emitido pela coordenação do curso da instituição receptora e convalidação da instituição de origem;	20 horas por participação respeitando o teto máximo de 20 horas;
20	Participação em Comissão de processo eleitoral (coordenação de curso, colegiado, e outros)	Certificado emitido pelo presidente da comissão constando a carga horária.	02 horas por participação, respeitando o teto máximo de 10 horas.
21	Participação em processo seletivo em programas institucionais	Certificado emitido pelo presidente da comissão constando a carga horária.	02 horas por participação, respeitando o teto máximo de 10 horas.
22	Palestras, cursos e minicursos ministrados, em Eventos Educacionais	Certificado emitido pela instituição promotora eo evento, constando a carga horária.	02 horas por palestra, respeitando o teto máximo de 10 horas.
23	Participação em mesa redonda de Eventos Educacionais	Certificado emitido pela instituição promotora eo evento, constando a carga horária.	02 horas por atividade, respeitando o teto máximo de 10 horas.
24	Curso de Língua estrangeira realizado em escola especializada e credenciada.	Certificado emitido pela instituição, constando a carga horária.	02 horas por curso, respeitando o teto máximo de 10 horas.
25	Curso de Informática realizado em escola especializada e credenciada	Certificado emitido pela instituição, constando a carga horária.	02 horas por atividade, respeitando o teto máximo de 10 horas.
26	Participação como membro de comissão organizadora de Eventos Pedagógicos	Certificado emitido pela instituição promotora eo evento, constando a carga horária.	05 horas por atividade, respeitando o teto máximo de 20 horas.
27	Quaisquer outra atividade que não se enquadrar nas categorias acima, sujeito a aprovação da comissão de verificação das atividades complementares e, caso necessário, sujeito a aprovação do colegiado do curso.	Documento que ateste o cumprimento desta atividade emitido pela entidade promotora.	Definida pela instância responsável pela aprovação da atividade (comissão ou colegiado).

## **REGULAMENTO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS/UNIDADE DE ITUIUTABA N.º 01/2015.**

**Regulamenta a operacionalização do estágio nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Pedagogia e Química, da UEMG/ Unidade de Ituiutaba.**

Os Colegiados dos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)/ Unidade de Ituiutaba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na LDBEN n.º 9.394, de 20.02.1996, na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução no. 2 de 1º. De julho de 2015, e no Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos respectivos REGULAMENTA a operacionalização do estágio curricular obrigatório.

**Art. 1º** - Entende-se por estágio o tempo de aprendizagem, sob a supervisão de docentes e técnicos credenciados, em que, por um período de permanência, o licenciando vivencia um lugar ou ofício para aprender sua prática, ampliar ou rever conhecimentos adquiridos ou produzidos nos cursos de licenciatura, articulando teoria e prática social em situações reais, de forma sistemática e orientada pelo princípio metodológico da ação-reflexão-ação, que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

**Art. 2º** - O estágio dos cursos de licenciatura da Instituição será oferecido na modalidade curricular, obrigatório, componente da estrutura curricular do curso, indispensável para a integralização das atividades acadêmicas e vivências profissionais próprias da formação docente e a consequente outorga do diploma de licenciado, autorização para atuar como profissional do ensino.

Parágrafo único – Para a aprovação dos projetos de enriquecimento da formação do licenciando, a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ser observadas:

- I- A contribuição do trabalho para sua formação acadêmico-profissional;
- II- A prioridade de atividades de natureza didático-pedagógica, especialmente na área de formação continuada dos profissionais da educação e de apoio à aprendizagem do aluno da educação básica.

**Art. 3º** - Caso o estudante participe em projetos de iniciação à docência na área de seu curso, ou em projetos de iniciação científica que sejam de interesse para a instituição concedente ou para a sociedade, esta atividade poderá ser convalidada como estágio obrigatório, na proporção de 10% (dez por cento) da carga horária a ser cumprida no estágio curricular, desde que seja essa possibilidade prevista no PPP dos cursos de licenciatura da Instituição.

**Art. 4º** - Não poderá ser considerado como estágio curricular obrigatório, em nenhuma hipótese, trabalho voluntário de qualquer natureza.

**Art. 5º** - O aluno que exerça atividade docente regular na educação básica, correlata a seu curso, poderá ter redução de carga horária do estágio curricular obrigatório, de até o máximo de 100 horas conforme Resolução CNE/CP 2, de 01.07.2015, se a experiência for devidamente comprovada e ocorrer no período da matrícula na disciplina Estágio Supervisionado,

§ 1º - A aceitação, como estágio, do exercício de atividades profissionais a que se refere o *caput* deste artigo dependerá de decisão do Colegiado do curso respectivo, que levará em

consideração o tipo de atividade desenvolvida e o valor de sua contribuição para complementar a formação profissional.

§ 2º - Ao requerer o aproveitamento de sua atividade docente como estágio curricular obrigatório, o interessado deverá apresentar documento comprobatório, em papel timbrado, datado e com o carimbo e assinatura do Diretor Escolar, contendo as informações: período trabalhado, disciplina ministrada, nível de ensino (fundamental ou médio) e carga horária semanal.

**Art. 6º** Caberá à Universidade, por meio da Direção Acadêmica da Unidade e da Coordenação do Curso prover os meios necessários à obtenção e ao desenvolvimento pedagógico do estágio. Parágrafo único – Em qualquer modalidade, o estágio deverá ser realizado em instituições públicas ou privadas, devidamente conveniadas com a UEMG, para essa finalidade.

**Art. 7º** São campos de estágio, previstos em legislação específica, as instituições que:

I- Possibilitarem ao professor-orientador-supervisor o acompanhamento e a supervisão *in loco* ou através de relatórios detalhados das atividades exercidas no período de estágio, devidamente carimbado e assinado pelo supervisor de estágio da instituição escolar.

II- Apresentarem condições de proporcionar ao estagiário, experiências significativas para sua formação.

**Art. 8º** Na seleção das instituições campo de estágio, deverão ser priorizadas as públicas, preferencialmente as distintas dos locais de trabalho dos estagiários, para diversificar o ambiente de formação profissional.

**Art. 9º** O estágio será precedido da celebração de convênio, da elaboração de Plano de Estágio e de assinatura de Termo de Compromisso entre o licenciando e a instituição concedente, com a interveniência da UEMG/Unidade de Ituiutaba, por meio da Direção da Unidade.

**Art. 10.º** O estágio supervisionado poderá ser remunerado, dependendo dos critérios adotados pela UEMG/Unidade de Ituiutaba e pelas instituições concedentes.

**Art. 11º** Nenhum estágio, de qualquer modalidade, acarretará vínculo empregatício entre o estagiário e a instituição concedente.

**Art. 12º** O estágio supervisionado deve iniciar-se a partir da segunda metade do curso, como consolidação formativa da relação teoria e prática social e sob a forma de dedicação concentrada e de orientação e supervisão de docente habilitado e reconhecido em um ambiente institucional de trabalho, com carga horária mínima de 504 horas.

Parágrafo único – O estágio a que se refere o *caput* deste artigo deve estar intrinsecamente articulado com a disciplina Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, Estágio Supervisionado IV na Prática de Formação Docente e as Atividades Complementares, de modo a desenvolver o educador-pesquisador, capaz de intervir na realidade em que está inscrito.

**Art. 13º** Para usufruir da oportunidade do estágio supervisionado, o licenciando deverá estar regularmente matriculado e frequente na disciplina Estágio Supervisionado.

**Art. 14º** O estágio terá a duração mínima prevista no currículo do curso, atendida a legislação vigente.

**Art. 15º** As disciplinas específicas do estágio supervisionado, cujos conteúdos deverão estar em conformidade com o PPP do respectivo Curso de Licenciatura, estão assim organizadas:  
Parágrafo único - A partir do 5º período com a carga horária de 126 h/a por semestre finalizando no 8º período totalizado 504 h/a.

**Art. 16º** O estágio poderá ser desenvolvido em mais de uma instituição-campo, desde que autorizado pelo professor-orientador-supervisor de estágio.

**Art. 17º** A complementação do estágio na mesma instituição-campo ou em outra, após sua interrupção, somente poderá ocorrer uma vez que o convênio ainda esteja ativo ou celebrado novo convênio, com novo Plano de Estágio e novo Termo de Compromisso e comunicado ao professor-orientador-supervisor.

**Art. 18º** O tempo previsto para o estágio passará a ser contado a partir da aprovação do Plano de Estágio, pelo professor-orientador-supervisor e da assinatura do Termo de Compromisso de estágio – TCE.

**Art. 19º** O aluno que deixar de cumprir as atividades nas datas previstas perderá o direito de conclusão de seu estágio naquele período letivo.

**Art. 20º** O desligamento do estagiário ocorrerá automaticamente ao término do convênio.  
Parágrafo único – O desligamento poderá ocorrer antes do encerramento do período previsto, em situações especiais:

I - A pedido do estagiário, com prévia aquiescência do professor-orientador-supervisor e a comunicação prévia à instituição-campo.

I- Por iniciativa da instituição-campo;

II- Por iniciativa da Coordenação do Curso.

**Art. 21º** O acompanhamento do estágio será feito pelo professor-orientador-supervisor, por meio de pelo menos um dos instrumentos abaixo relacionados:

I-orientações individuais e reuniões com os profissionais das instituições conessoras e os alunos, durante o período de estágio;

II - visitas sistemáticas às instituições onde estão sendo realizados os estágios;

III- relatórios parciais de aplicação, elaborados pelo estagiário.

**Art. 22º** A avaliação do estágio será realizada pelo professor-supervisor-orientador de estágio supervisionado, levando-se em conta, pelo menos, os seguintes itens:

I- A frequência às atividades;

II- A avaliação da instituição concessora do estágio;

III- O relatório final do estagiário;

IV- O seminário de estágio.

**Art. 23º** O relatório final será avaliado com base nos seguintes aspectos:

I- Compatibilidade do trabalho executado com o Plano de Estágio;

II- Qualidade do trabalho e apresentação do relatório de acordo com as normas vigentes da ABNT;

III- Capacidade criativa e inovadora demonstrada por meio do trabalho.

**Art. 24º** A data limite para a entrega dos relatórios será sempre o sétimo dia útil antes da data prevista para a realização do seminário de encerramento do estágio, que deverá ocorrer no final do semestre, para os cursos semestrais, ou no final do ano letivo, para os cursos anuais.

**Art. 25º** Compete ao Coordenador de Curso:

- I- Proporcionar horários extra turno e locais aos professores-orientadores-supervisores para orientação individual aos estagiários e desenvolvimento das atividades de estágio;
- III- Apoiar o professor-orientador-supervisor no desenvolvimento das atividades relativas ao estágio;
- IV- Contribuir para a integração da UEMG/Unidade de Ituiutaba com as instituições campo de estágio;
- V- Garantir o cumprimento da Prática de Formação, como componente curricular e o Estágio Curricular;

**Art. 26º** Compete ao professor-orientador-supervisor de estágio:

- I- Identificar oportunidades de estágio em unidades escolares e em outras instituições ligadas à área de formação dos cursos e ser um elo mediador entre a UEMG- unidade Ituiutaba e as instituições campo de estágio;
- II- Definir, preferencialmente a partir de problematização diagnosticada com os alunos e os profissionais da instituição concessora do estágio, as atividades a serem desenvolvidas, com o respectivo cronograma para o cumprimento do plano;
- III- Organizar sua carga horária semanal destinada à disciplina Estágio Supervisionado Curricular para o acompanhamento e a supervisão das atividades na instituição-campo.
- IV- Orientar o aluno na elaboração do Projeto de Estágio, do Plano de Estágio e do trabalho final do estágio, no formato de portfólio, memorial, relatório, monografia, artigo ou ensaio, de acordo com as normas vigentes da ABNT;
- V- Promover a integração do estagiário com a situação de estágio;
- VI- Indicar aos estagiários as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para a solução das dificuldades encontradas;
- VII- Orientar, acompanhar e supervisionar in loco, ou por relatórios parciais periódicos, com detalhamento das atividades exercidas pelos alunos que fizerem estágios nas instituições conveniadas com a UEMG, fora da cidade de Ituiutaba, os quais serão devidamente assinados e carimbados pela supervisora de estágio da instituição concedente;
- VIII- Avaliar sistematicamente o desempenho dos alunos sob sua orientação, com a colaboração dos profissionais das instituições concessionárias e dos próprios alunos, emitindo parecer e, quando for o caso, solicitando a refação de trabalhos e atividades com base em critérios, procedimentos e instrumentos previamente definidos;
- IX- Controlar a frequência dos alunos em plantões semanais de orientação individual, encontros coletivos mensais, cursos, minicursos, oficinas e atividades de campo, com lançamento no diário de classe;
- X- Definir e divulgar datas limites para entrega dos projetos de estágio, dos planos de estágio e do trabalho final;
- XI- Avaliar cada etapa do trabalho;
- XII- Considerar aprovado o aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às atividades do estágio e os conceitos: ótimo – desempenho acima da expectativa, bom – desempenho de acordo com a expectativa, regular – desempenho abaixo da expectativa, tendo, porém alcançado a maior parte das tarefas com acompanhamento e supervisão direta;
- XIII- Realizar o seminário de estágio;

XIV- Contribuir com o estagiário no aprofundamento de conhecimentos sistematizados no decorrer de sua formação, a partir da realidade encontrada e das experiências vivenciadas no campo de estágio;

XV- Fazer com que se cumpram integralmente as normas estabelecidas;

XVI- Encaminhar ao Coordenador do Curso cancelamentos e alterações na programação do estágio.

**Art. 27º** Compete ao aluno matriculado nas disciplinas Estágio Supervisionado:

I- Organizar sua disponibilidade de tempo para o desenvolvimento das atividades teórico-práticas determinadas pelo professor-orientador-supervisor de estágio;

II- Apresentar, previamente, ao professor-orientador-supervisor de estágio um plano de atividades de pesquisa para a identificação e caracterização da realidade das escolas de educação básica;

III- Preparar e realizar as atividades de estágio previamente definidas;

IV- Fazer o registro das atividades desenvolvidas;

V- Comparecer à instituição onde desenvolve as atividades de estágio nos dias e horários previamente fixados;

VI- Respeitar as normas e os regulamentos da instituição em que estagia e manter a ética nas relações interpessoais;

VII- Não divulgar, para terceiro, dados observados ou informações fornecidas pela instituição concessora do estágio;

VIII- Discutir com o professor-orientador-supervisor as dificuldades encontradas durante a realização das atividades de estágio;

IX- Fazer uma autoavaliação permanente do trabalho desenvolvido, tendo em vista o aprimoramento constante da formação profissional e da prática pedagógica;

X- Elaborar e apresentar os relatórios parciais de aplicação e os demais trabalhos acadêmicos solicitados;

XI- Cumprir seus compromissos com a instituição onde estagia, dentre eles, o Plano de Estágio e os planejamentos pedagógicos;

XIV- Cumprir as normas estabelecidas nesta Resolução;

XV- Entregar ao professor-orientador-supervisor, o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) devidamente assinado, em 03 três vias impressas, até 10 (dez) dias antes do início de estágio, para assinatura do diretor da unidade.

**Art. 28º** As especificidades de cada curso não contempladas nesta Resolução terão normatização própria.

**Art. 29º** Os casos omissos nesta Resolução serão encaminhados à Direção Acadêmica UEMG/Unidade de Ituiutaba para as providências cabíveis, consultado o colegiado dos respectivos cursos, onde o aluno está matriculado.

**Art. 30.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ituiutaba-MG, 11 de abril de 2016

Prof.<sup>a</sup> Me. Rosa Maria Guerra Diniz

Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas da UEMG/Unidade de Ituiutaba

Prof. Edilson Carone Lopera

Coordenador do Curso de Educação Física da UEMG/Unidade de Ituiutaba

Prof.<sup>a</sup> Me. Vera Cruz de Oliveira Moraes

Coordenadora do Curso de Pedagogia da UEMG/Unidade de Ituiutaba

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tereza Cristina Rodrigues Elsholz

Coordenadora do Curso de Química da UEMG/Unidade de Ituiutaba.

# **REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como atividade acadêmica, constitui requisito parcial para obtenção do grau referente ao curso de graduação de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

## **CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E SUAS FINALIDADES**

**Art. 2º** O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória, realizada pelos graduandos, no 7º e 8º período de Pedagogia, sob a forma de Artigo Científico, a respeito de um assunto relacionado a um ou mais temas pertinentes pelo curso em questão.

**Art. 3º** O Trabalho de Conclusão de Curso é elaborado em três etapas sequenciais:

- I - Elaboração do Projeto de Pesquisa;
- II - Execução da pesquisa;
- III - Elaboração do Artigo Científico.

**§ 1º** O Projeto de Pesquisa será elaborado pelos graduandos, ao longo do 7º período do curso, com orientação do professor da disciplina Pesquisa Educacional I com base nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor.

**§ 2º** É condição básica para a matrícula na disciplina Pesquisa Educacional II a frequência e aprovação na disciplina Pesquisa Educacional I.

**§ 3º** Caso o aluno tenha sido dispensado da disciplina, deverá apresentar Projeto de Pesquisa no início das atividades da disciplina Pesquisa Educacional II.

**§ 4º** O Trabalho de Conclusão de Curso será orientado por um professor da área temática específica do estudo, designado pelo Coordenador do Curso como Orientador, previamente selecionado pelos discentes, com base no projeto de pesquisa elaborado no semestre anterior, com o acompanhamento do professor responsável pela disciplina Pesquisa Educacional II.

**Art. 4º** O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido individualmente ou em duplas.

**Art. 5º** São finalidades do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Despertar o interesse dos alunos pela Pesquisa Científica relacionada às áreas de atuação do Curso de Pedagogia, com base nas aulas teóricas e práticas, evidenciando a ética e o planejamento, a organização, a redação e a edição do trabalho em moldes científicos;
- II - Oferecer ao graduando a oportunidade de aplicação de conhecimentos adquiridos nas várias disciplinas de seu Curso.

## **CAPÍTULO III DO ARTIGO CIENTÍFICO E SEU CONTEÚDO**

**Art. 6º** O Artigo científico tem caráter de originalidade e, sendo assim, a verificação de plágio e/ou cópia de trabalhos já publicados resultará na reprovação do graduando.

**Art. 7º** O Artigo científico deverá apresentar delimitação e problematização de um tema, dentre as áreas e experiências vividas durante o Curso, seguindo o rigor próprio de trabalho científico, conforme Normas da ABNT.

**Parágrafo Único.** O Artigo científico deverá conter:

I - Elementos textuais;

II - Elementos pós-textuais.

**Art. 8º** A apresentação pública do Artigo Científico é obrigatória e será realizada com base nas recomendações do Capítulo 10 deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO**

**Art. 9º** O processo de elaboração do Artigo Científico abrange dez ações e/ou procedimentos, realizadas de acordo com o seguinte roteiro:

I - Apresentação das áreas temáticas dos projetos de pesquisa aos Professores Orientadores, pelo Coordenador do Curso, em reunião prévia, ao final de cada semestre letivo.

II - Definição dos Professores Orientadores, de acordo com as escolhas dos alunos e das áreas temáticas.

III - Divulgação, aos graduandos, pelo professor de TCC, de seus respectivos orientadores.

IV - Divulgação dos documentos de referência para acompanhamento da elaboração do Artigo científico, para graduandos e Professores Orientadores.

V - Elaboração dos Artigos científicos pelos graduandos, sob a supervisão dos Professores Orientadores, de acordo com o cronograma estabelecido pelo professor de TCC.

VI - Entrega dos Artigos científicos ao professor de TCC e assinado pelo orientador em três vias impressas pelo menos dez dias antes da data de qualificação e defesa.

VII - Adoção de providências pelo Professor de TCC referentes a instalações e recursos técnicos necessários à apresentação pública dos Artigos científicos.

VIII - Apresentação pública dos Artigos científicos pelos graduandos perante a banca examinadora, com correspondente atribuição de conceitos – Aprovado ou Reprovado.

IX - Alteração dos Artigos científicos pelos graduandos, com base nas recomendações da banca examinadora, nos casos necessários, e edição das versões finais.

X - Recepção e protocolo de entrega, pelo Professor de TCC, dos Artigos científicos na versão final, sendo um exemplar impresso e um em arquivo digital.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO PROFESSOR DA DISCIPLINA PESQUISA EDUCACIONAL**

**Art. 10** Os artigos científicos serão supervisionados pelo Professor da disciplina Pesquisa Educacional a quem compete:

I - Acompanhar as atividades relacionadas aos Artigos científicos e atender aos Professores Orientadores e aos graduandos em suas necessidades acadêmicas;

II - Atualizar e divulgar as diretrizes e documentos relacionados aos Artigos científicos para os Professores Orientadores e graduandos durante a fase de sua elaboração;

- III - Confirmar os nomes dos Professores Orientadores aos graduandos, para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa;
- IV - Organizar, uma reunião por semestre com os Professores Orientadores e graduandos em processo de elaboração dos Artigos científicos;
- V - Elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer da elaboração dos Artigos científicos, de acordo com este Regulamento e o calendário da instituição;
- VI - Manter arquivo atualizado, onde conste o nome e dados de identificação dos graduandos em fase de elaboração dos Artigos científicos, título do Artigo, assim como o nome, e-mail e telefone do Professor Orientador;
- VII - Receber, dos Professores Orientadores, relatório mensal das orientações efetuadas;
- VIII - Receber o Projeto de Pesquisa no final do 7º período e o Artigo científico no final do 8º período;
- IX - Revisar os aspectos metodológicos dos Artigos científicos;
- X - Indicar um dos membros da banca de apresentação do Artigo, juntamente com a coordenação do curso e o professor orientador;
- XI - Comunicar ao Coordenador do Curso as datas das bancas examinadoras, após consultar os Professores Orientadores;
- XII - Receber as três vias, impressas ou meio digital, a seu critério, dos Artigos Científicos para as sessões de apresentação e repassá-las aos professores que comporão as respectivas bancas;
- XIII - Providenciar instalações e recursos necessários à apresentação pública dos Artigos Científicos;
- XIV - Divulgar aos graduandos, respeitando o prazo deste Regulamento, a data, hora e local em que serão realizadas as apresentações públicas dos Artigos Científicos, bem como o nome dos membros que comporão a banca examinadora;
- XV - Receber e protocolar os exemplares dos Artigos científicos, na versão final, sendo um exemplar em espiral e um em arquivo digital, em data, hora e local divulgados previamente;
- XVI - Entregar na Coordenação do Curso os Artigos Científicos recebidos;
- XVII - Receber dos Professores Orientadores as atas de apresentação e encaminhá-las à Coordenação do Curso;
- XVIII - Providenciar os certificados ou declarações de participação aos membros das bancas examinadoras.
- XIX - Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas para a solução de casos especiais, bem como aquelas referentes ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES ORIENTADORES**

**Art. 11** O Artigo Científico é desenvolvido sob a orientação de um professor da instituição, escolhido a partir de indicação do graduando ou pelo Coordenador do Curso, respeitando-se a área de formação e atuação do docente e sua vinculação com a área temática escolhida.

**§ 1º** O Artigo Científico é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

§ 2º Ao assinar o Termo de Compromisso de Orientação, o professor estará formalizando sua concordância em orientar os graduandos.

§ 3º A desistência do professor orientador, durante o processo de orientação, deverá ser comunicada, por escrito, ao professor de Pesquisa Educacional.

**Art. 12** A troca de orientador só será permitida quando outro professor assumir formalmente a orientação, mediante a sua aquiescência, a do Professor substituído e a do Professor de Pesquisa Educacional.

**Art. 13** O Professor Orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - Orientar a elaboração do Artigo Científico, com base neste Regulamento, prestando auxílio para a superação das dificuldades;

II - Atender, semanalmente ou conforme agenda prévia, seus alunos orientandos, em horário previamente estabelecido;

III - Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador do curso para tratar de assuntos relativos aos Artigos Científicos;

IV - Relatar ao Professor da Pesquisa Educacional eventuais problemas e demandas;

V - Encaminhar, bimestralmente, ao Professor da Pesquisa Educacional, relatório das orientações efetuadas;

VI - Indicar um dos membros da banca de apresentação pública;

VII - Convidar os membros que comporão as bancas de apresentação pública dos Artigos Científicos e responsabilizar-se pela confirmação de suas presenças;

VIII - Participar como presidente da banca examinadora de apresentação do Artigo Científico de seus orientandos;

IX - Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da audiência pública de defesa do Artigo científico;

X - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

**Art. 14** A responsabilidade pela elaboração do Projeto de Pesquisa e do Artigo científico é integralmente dos graduandos, o que não exime os Professores Orientadores de desempenharem adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS RESPONSABILIDADES DOS GRADUANDOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO**

**Art. 15** É considerado aluno em fase de realização do Artigo Científico todo aquele regularmente matriculado na disciplina Pesquisa Educacional, oferecida nos 6º, 7º e 8º períodos do Curso de Pedagogia.

**Art. 16** O graduando em fase de realização do Artigo Científico tem os seguintes deveres:

I - Comparecer às aulas teóricas da disciplina Pesquisa Educacional;

II - Comparecer às reuniões convocadas pelo Professor da Pesquisa Educacional ou pelo seu Orientador;

III - Manter contato, de acordo com o calendário pré-fixado, com o Orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

- IV - Cumprir o cronograma divulgado pelo professor da Pesquisa Educacional para o desenvolvimento das etapas do Artigo Científico;
- V - Elaborar o Artigo Científico de acordo com as normas da ABNT;
- VI - Submeter o Artigo Científico a revisão léxico-gramatical, adequando-o às normas gramaticais vigentes;
- VII - Comunicar ao Professor da Pesquisa Educacional a impossibilidade do professor indicado assumir e/ou continuar a orientação do Artigo científico;
- VIII - Entregar ao professor orientador, na data marcada, três cópias, impressas ou em meio digital a critério do professor orientador, da versão para a qualificação do Artigo científico e três cópias para a apresentação final;
- IX - Comparecer no dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final de seu Artigo científico;
- X - Elaborar a versão final do Artigo científico de acordo com as correções e sugestões da banca de apresentação;
- XI - Entregar ao professor da Pesquisa Educacional, na data marcada, uma cópia impressa da versão final do Artigo científico, e uma cópia digital;
- XII - Cumprir este Regulamento.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DA BANCA EXAMINADORA**

**Art. 17** A versão final do Artigo científico é avaliada pela banca examinadora composta pelo Professor Orientador, dois outros membros convidados, sendo um convidado pelo Professor Orientador e pelo professor da Pesquisa Educacional e designado pelo Coordenador do Curso, e o outro escolhido pelos discentes.

§ 1º Da banca examinadora, designada para avaliar o Artigo Científico, deve constar, obrigatoriamente, como membro efetivo, o Professor Orientador, que exercerá a função de presidente.

§ 2º Todos os professores da Instituição podem ser convidados para participar das bancas examinadoras, como membros convidados, em suas respectivas áreas de atuação, bem como docentes de outras Instituições de Ensino Superior.

§ 3º Deve, sempre que possível, ser mantido equilíbrio, no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras.

**Art. 18** A banca examinadora somente poderá iniciar e executar seus trabalhos com os três membros presentes.

**Parágrafo Único.** Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, a defesa pública será adiada, observando-se o cronograma para encerramento das atividades curriculares da Instituição.

**Art. 19** A banca examinadora é soberana em suas decisões, competindo a ela decidir pela aprovação ou reprovação do trabalho apresentado.

§ 1º. Aos trabalhos apresentados serão auferidos conceitos para aprovação.

**Art. 20** Serão conferidos certificados ou declarações de participação aos membros das bancas examinadoras ao final da defesa.

## CAPÍTULO IX DA QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA PÚBLICA

**Art. 21** As sessões de qualificação dos artigos são privadas, compreendendo a arguição do trabalho pelos membros da banca examinadora e comunicação das considerações, correções e recomendações a serem efetuadas.

**Parágrafo Único.** Trabalhos que, comprovadamente, forem plágios, serão desqualificados e o graduando, automaticamente, reprovado ainda na qualificação.

**Art. 22** A sessão final de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso é pública, compreendendo a apresentação do trabalho pelos graduandos, seguida da apreciação da banca examinadora, e posterior comunicação das considerações e recomendações, se ainda necessárias, e atribuição de notas.

**Parágrafo Único.** Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornar público os conteúdos dos trabalhos de conclusão antes de sua apresentação pública.

**Art. 23** A apresentação dos artigos ocorrerá, impreterivelmente, em consonância com o cronograma estabelecido na disciplina Pesquisa Educacional.

**Art. 24** Os membros das bancas examinadoras terão o prazo mínimo de três dias corridos para procederem à leitura dos artigos, antes da qualificação e/ou defesa.

**Parágrafo Único.** A leitura dos artigos deverá ocorrer em dois períodos distintos, o primeiro antes da banca de qualificação e o segundo antes da banca de defesa pública, para verificação das correções recomendadas.

**Art. 25** Na defesa pública, os graduandos terão quinze minutos para a apresentação de seu trabalho, dispondo ainda de quinze minutos para responder aos examinadores. Ao final a banca examinadora deverá atribuir as notas e comunicar os resultados aos graduandos, o que será feito pelo Presidente.

**Art. 26** A atribuição do conceito dar-se-á imediatamente após o encerramento da arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando-se em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa da arguição pela banca examinadora, de acordo com os itens do formulário de avaliação previamente estabelecido.

**Parágrafo Único.** A nota final do graduando é o resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora, sendo que entregue depois da data marcada, o aluno será penalizado, com 20% a menos do valor da nota final.

**Art. 27** A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deverá ser registrada na ata respectiva.

**Parágrafo Único.** As fichas de avaliação e atas das defesas dos artigos, após assinatura dos membros, serão encaminhadas pelo Professor Orientador ao Professor de TCC para arquivo na Secretaria.

**Art. 28** O graduando que não se apresentar para defesa pública, sem motivo justificado, e/ou não entregar a versão final do artigo, de acordo com este Regulamento, será reprovado na disciplina Pesquisa Educacional.

**Parágrafo Único.** Caso o motivo da não apresentação do artigo, ou de sua defesa, seja justificado, segundo o parecer do Coordenador do Curso, o Professor do TCC, em conjunto com o Professor Orientador, tomará as providências para que o processo se conclua.

**Art. 29** É vedado aos graduandos que tiverem seu artigo reprovado, a defesa do mesmo ou de novo artigo, qualquer que seja a justificativa, no período em que ocorreu a reprovação.

## **CAPÍTULO X**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 30** A disciplina Pesquisa Educacional atribui somente uma nota após a apresentação pública e entrega da versão final do material para arquivamento, ao final do período letivo.

**Parágrafo Único.** A aprovação do graduando na disciplina Pesquisa Educacional é condicionada a entrega, no prazo especificado em cronograma, dos exemplares do artigo científico para arquivamento na Biblioteca.

**Art. 31** Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, revogando as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso, e aplica-se a todo graduando ingressante nesta instituição a partir do ano letivo de 2014.

**Art. 32** Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Curso.

## **REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE**

### **CAPÍTULO I**

#### **Das considerações preliminares**

**Art. 1º** O presente regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia da Unidade de Ituiutaba – Universidade do Estado de Minas Gerais.

**Art. 2º** O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia e tem, por finalidade, a implantação do mesmo (conforme Portaria 147 de 02/02/2007).

### **CAPÍTULO II**

#### **Das Atribuições do Núcleo Docente e Estruturante**

**Art. 3º.** São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Elaborar o Projeto Político Pedagógico do curso, juntamente com o coordenador, definindo sua concepção e fundamentos;
- b) Estabelecer diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores;
- c) Definir o perfil profissional e os objetivos gerais do curso;
- d) Estabelecer o perfil profissional do egresso;
- e) Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- f) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no colegiado de curso, sempre que necessário;
- g) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo colegiado;
- h) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- i) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- j) Fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do curso, e suas ementas, recomendando ao coordenador do curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;
- k) Propor ao coordenador providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;
- l) Participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o curso;
- m) Promover a avaliação dos planos de trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma definida no projeto de avaliação institucional;
- n) Emitir pareceres das propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- o) Auxiliar o coordenador de curso na análise das propostas de pesquisa institucional apresentada por docentes e alunos candidatos à iniciação científica;
- p) Emitir parecer sobre a organização, funcionamento e avaliação das atividades de Estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso;
- q) Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso;
- r) Assessorar o coordenador em outras atividades especiais;
- s) Exercer as demais funções que lhe são explícitas ou implicitamente conferidas pelo Regimento Geral da UEMG( **Ver regimento**).

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Constituição do Núcleo Docente Estruturante**

**Art. 4º** O Núcleo Docente Estruturante – NDE será constituído de:

- a) O Coordenador de curso, como seu presidente;
- b) Pelo menos 30% do corpo docente.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Da Titulação e Formação Acadêmica dos Docentes do Núcleo.**

**Art. 5º** A titulação, a formação acadêmica e o regime de trabalho dos membros do NDE seguem as legislações vigentes expedidas pelo órgão federal.

**Art. 6º** A indicação dos representantes do NDE será feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 3 anos, com a possibilidade de recondução.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Das Atribuições do Presidente do Núcleo Docente Estruturante**

**Art. 7º** Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) Encaminhar as deliberações do núcleo;
- d) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **Das Reuniões**

**Art. 8º** O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do Presidente, 1 (uma vez) por mês e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

**Art. 9º** As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, 50% dos membros, 3 (três) representantes.

#### **CAPÍTULO VII**

##### **Das Disposições Transitórias**

**Art. 10º** Os percentuais relativos à titulação dos componentes do NDE deverão ser garantidos pela Instituição no prazo de um ano.

#### **CAPÍTULO VIII**

##### **Das Disposições Finais**

**Art. 11º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

**Art. 12º** O presente regulamento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado de Curso e Direção Acadêmica. (Ata do Colegiado de Curso de 05 de agosto de 2010)